



**PORTOS DOS AÇORES, S.A.**

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO**  
**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO, COORDENAÇÃO E**  
**FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO**  
**PORTO DAS LAJES DAS FLORES**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**JUNHO DE 2025**

## ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	5
Capítulo I – Disposições Gerais.....	5
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto.....	5
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato .....	5
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Local da Prestação dos Serviços.....	6
Cláusula 4. <sup>a</sup> – Vigência e Eficácia do Contrato e Prazo da Prestação de Serviços.....	6
Capítulo II – Obrigações do Cocontratante .....	7
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Obrigações do Cocontratante .....	7
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Obrigações Relativas a Meios Humanos .....	8
Cláusula 7. <sup>a</sup> - Documentação .....	9
Cláusula 8. <sup>a</sup> - Transferência da Propriedade .....	10
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Esclarecimento de Dúvidas na Interpretação de Documentos .....	10
Cláusula 10. <sup>a</sup> - Patentes, Licenças e Marcas Registadas .....	11
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Dever de Sigilo .....	11
Cláusula 12. <sup>a</sup> - Prazo do Dever de Sigilo .....	11
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Acompanhamento dos Trabalhos .....	11
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Delegação de Poderes .....	12
Cláusula 15. <sup>a</sup> - Execução Simultânea de Outros Serviços no Local da Obra .....	13
Capítulo III – Obrigações da Entidade Adjudicante .....	13
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Preço Base e Preço Contratual .....	13
Cláusula 17. <sup>a</sup> - Condições de Pagamento e Pagamentos a Subcontratados .....	14
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Elementos a Facultar ao Cocontratante.....	15
Capítulo IV – Penalidades Contratuais e Resolução do Contrato .....	15
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Penalidades Contratuais.....	15
Cláusula 20. <sup>a</sup> - Responsabilidade do cocontratante na execução da empreitada .....	17
Cláusula 21. <sup>a</sup> - Força Maior .....	17
Cláusula 22. <sup>a</sup> - Resolução por Parte da Contraente Pública .....	18
Cláusula 23. <sup>a</sup> - Resolução por parte do cocontratante .....	19
Capítulo V – Seguros.....	20
Cláusula 24. <sup>a</sup> - Seguros .....	20
Capítulo VI – Disposições Finais .....	20
Cláusula 25. <sup>a</sup> – Proteção de Dados .....	20
Cláusula 26. <sup>a</sup> – Revisão de Preços.....	20

Cláusula 27. <sup>a</sup> - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual.....	21
Cláusula 29. <sup>a</sup> - Comunicações e Notificações.....	21
Cláusula 30. <sup>a</sup> - Outros encargos .....	22
Cláusula 31. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos.....	22
Cláusula 32. <sup>a</sup> – Gestor do contrato .....	22
Cláusula 33. <sup>a</sup> – Legislação Aplicável .....	22
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS .....	23
1.Disposições Gerais.....	23
1.1. Especificação da prestação de serviços.....	23
1.2. Legislação.....	23
1.3. Entidades Intervenientes.....	23
2.Objeto e Âmbito da Prestação dos Serviços .....	23
2.1. Objeto e âmbito geral da atuação .....	23
2.2. Campo geral de atuação .....	24
3. Atividades a realizar ou a apoiar pelo Cocontratante .....	24
3.1. Acompanhamento de trabalhos preparatórios.....	24
3.2. Análise de soluções construtivas e de materiais propostos.....	25
3.3. Controlo administrativo dos trabalhos .....	26
3.4. Controlo do planeamento e da execução dos trabalhos .....	27
3.5. Controlo de quantidades e custos .....	31
3.6. Controlo da qualidade .....	32
3.8. Controlo Ambiental.....	36
3.9. Controlo Geotécnico .....	36
3.10. Registo fotográfico e vídeo dos trabalhos.....	36
3.11. Processo de fecho e receção da empreitada .....	37
4. Organização e Meios do Cocontratante .....	38
4.1. Disposições gerais .....	38
4.2. Organização e Gestão da Informação.....	39
4.3. Meios Humanos .....	40
4.4. Meios Materiais .....	53
5. Pessoal do Cocontratante.....	54
5.1. Disposições gerais .....	54
5.2. Acidentes, medicina e segurança no trabalho .....	55
5.3. Alojamento, alimentação e deslocação .....	55
5.4. Encargos sociais e seguros .....	55
6. Subcontratados .....	56

7. Responsabilidade Civil.....56

8. Horário de Trabalho.....56

#### ANEXO I: MODELO DE RELATÓRIO MENSAL DE APOIO À GESTÃO DO CONTRATO

## **PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **Capítulo I – Disposições Gerais**

#### **Cláusula 1.ª - Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de concurso limitado por prévia qualificação, com publicidade internacional, que tem por objeto principal a “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO PORTO DAS LAJES DAS FLORES” (doravante igualmente designada por *empreitada*) – aberto por decisão do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A., proferida ao abrigo do disposto pelo artigo 20.º n.º 1 alínea a) e 474.º n.º 1 e 3 alínea c) do Código dos Contratos Públicos (CCP), e Regulamento Delegado (UE) n.º 2023/2495 da Comissão de 15 de novembro, atendendo ao respetivo objeto e preço contratual estimado, com aprovação das respetivas peças.
2. A despesa inerente à prestação de serviços objeto do contrato a outorgar por motivo do presente procedimento encontra-se cabimentada no Plano de Investimentos 2024-2026 da Portos dos Açores, S.A., na rubrica “9580024 – Construção do novo porto das Lajes das Flores”.
3. O contrato a outorgar na sequência do presente procedimento será financiado por Fundos Europeus, através da candidatura aprovada no âmbito do Programa Sustentável 2030, na percentagem de 85%; e, em tudo o restante, por Contrato Programa assinado em 5 de dezembro de 2023, no âmbito da Resolução do Conselho de Governo n.º 184/2023, de 15 de novembro, alterado por autorização concedida através da Resolução do Conselho de Governo n.º 219/2023, de 13 de dezembro, Resolução do Conselho de Governo n.º 104/2024, de 29 de julho, e Despacho n.º 704/2025, de 26 de março da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e Secretaria Regional do Turismo Mobilidade e Infraestruturas.

#### **Cláusula 2.ª - Contrato**

1. O contrato a outorgar na sequência do presente procedimento é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, bem como pelos seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão

- competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **Cláusula 3.ª - Locais da Prestação dos Serviços**

Os serviços objeto do contrato a outorgar na sequência do presente procedimento serão prestados nos seguintes locais:

- a) Local de execução da empreitada de construção e estaleiro de pré-fabricação de elementos em betão armado: Porto das Lajes das Flores, Ilha das Flores, Região Autónoma dos Açores;
- b) Estaleiro de pré-fabricação de elementos em betão: Leixões, Portugal continental;
- c) Local de pré-fabricação dos caixotões, tampas ou outros elementos em betão armado: Porto da Praia da Vitória, Ilha Terceira, Região Autónoma dos Açores.

### **Cláusula 4.ª – Vigência e Eficácia do Contrato e Prazo da Prestação de Serviços**

1. O contrato a outorgar na sequência do presente procedimento entra em vigor na data da respetiva assinatura e prevalece em vigor até que se verifique a conclusão da receção provisória da Empreitada de Construção do Novo Porto das Lajes das Flores, ou conclusão do processo de fecho de obra, consoante o facto que ocorrer em último lugar.
2. As funções de planeamento, coordenação e fiscalização da execução dos trabalhos da empreitada iniciam-se com a assinatura do contrato de prestação de serviços a outorgar na sequência do presente procedimento, mantendo-se até à recepção provisória da obra ou conclusão do processo de fecho de obra, consoante o facto que ocorrer em último lugar, pelo período previsível de 64 (sessenta e quatro)

meses, correspondendo 60 (sessenta) meses ao prazo de execução da empreitada e mais 4 (quatro) meses após a conclusão dos trabalhos da obra destinados à recepção provisória e ao processo de fecho de obra (fecho de contas, organização do volume de telas finais e compilação técnica).

3. O contrato a outorgar na sequência do presente procedimento encontra-se sujeito ao regime de fiscalização prévia especial pelo Tribunal de Contas, nos termos definidos pelo artigo 17.º-A da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, aditado pela Lei n.º 43/2024, de 02 de dezembro, pela qual se aprovaram medidas especiais de contratação pública.
4. Sem prejuízo do disposto pelo número anterior, o contrato a outorgar na sequência do presente procedimento é eficaz e produz todos os seus efeitos à data da sua assinatura, e antes da decisão do Tribunal de Contas, nos termos do regime identificado pelo número anterior.
5. O prazo referido no n.º 2 da presente cláusula poderá ser prorrogado ou reduzido se houver alterações do prazo de execução da obra ou em função do seu desenvolvimento à data do início da execução da presente prestação de serviços.
6. No caso de acréscimo do prazo de execução da obra, o Cocontratante ficará obrigado à prorrogação do prazo da prestação de serviços, nas mesmas condições contratuais no que diz respeito a taxas horárias, diária e mensais de mão-de-obra e equipamento.
7. Caso o prazo de execução da obra venha a ser prorrogado por razões imputáveis ao Cocontratante, não haverá lugar ao pagamento de qualquer quantia adicional, sem prejuízo das penalidades referidas na cláusula 19.ª do presente Caderno de Encargos.
8. No caso de se verificar a redução prevista no n.º 5, só haverá lugar ao pagamento das prestações correspondentes aos meses de efetiva execução dos trabalhos pelo Cocontratante.

## **Capítulo II – Obrigações do Cocontratante**

### **Cláusula 5.ª - Obrigações do Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato a outorgar na sequência do presente procedimento

decorrem para o Cocontratante as obrigações principais de planeamento, coordenação e fiscalização da Empreitada de Construção do Novo Porto das Lajes das Flores, conforme indicado na Parte II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

2. São da responsabilidade do Cocontratante, incorrendo tais encargos e despesas sob sua responsabilidade, todos os instrumentos, meios auxiliares, deslocações e estadias dos meios humanos para os locais de execução dos trabalhos da empreitada, estaleiro de pré-fabricação de elementos em betão e local de pré-fabricação dos caixotões, tampas ou outros elementos em betão armado, referidos na cláusula 3.ª, equipamentos, contactos com outras entidades e quaisquer ações de recolha e tratamento de informações que visem a boa prestação do serviço previsto no presente Caderno de Encargos, bem como o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Na execução dos trabalhos contratados, o Cocontratante sujeitar-se-á à legislação portuguesa e comunitária, aos regulamentos e outras normas aplicáveis, nomeadamente ao Regime Jurídico da Qualificação Profissional dos Responsáveis por Projetos e pela Fiscalização e Direção de Obra (Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, na sua redação em vigor).

#### **Cláusula 6.ª - Obrigações Relativas a Meios Humanos**

1. No decorrer de toda a execução do contrato a outorgar por motivo do presente procedimento, o Cocontratante compromete-se a manter a capacidade técnica verificada aquando da respetiva qualificação.
2. O Cocontratante obriga-se a afetar à execução dos serviços objeto do contrato a outorgar por motivo do presente procedimento o número de trabalhadores necessários e habilitados para garantir a boa execução das prestações devidas nos termos das cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos.
3. O Cocontratante obriga-se a afetar à execução dos serviços objeto do contrato a outorgar por motivo do presente procedimento exclusivamente indivíduos que sejam fluentes na língua portuguesa, tanto a nível oral como escrito.
4. No decorrer de todo o prazo de vigência do contrato, o Cocontratante é responsável por garantir que os seus recursos humanos se encontram devidamente habilitados ao exercício das prestações objeto



do contrato a outorgar na sequência do presente procedimento e cumprimento do Caderno de Encargos.

5. Em execução de contrato, o Cocontratante compromete-se a cumprir com o disposto pelo artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos, aqui aplicável por via do artigo 451.º n.º 2 deste mesmo código.

#### **Cláusula 7.ª - Documentação**

1. Para além da documentação a fornecer durante o desenvolvimento da empreitada, conforme previsto nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, o Cocontratante entregará à Contraente Pública, no prazo de 60 (sessenta) dias após a conclusão dos trabalhos, os seguintes documentos:
  - a) Telas Finais e Compilação técnica da obra realizada, em formato digital (formato e escala idênticos ao projeto para Peças Desenhadas e formato A4 para restantes);
  - b) Volume organizado e aprovado com os resultados dos ensaios realizados e dos inventários produzidos.
2. Caso, eventualmente, existam alterações aos documentos indicados no ponto anterior por correção de anomalias detetadas em vistoria para efeitos de receção provisória, deverão ser entregues novamente os documentos revistos no prazo de 30 (dias) após a recuperação das referidas anomalias.
3. Será igualmente da responsabilidade do Cocontratante a produção da documentação técnica de apoio às reuniões em que participe, quando tal seja necessário.
4. Competirá ainda ao Cocontratante a elaboração das atas de todas as reuniões em que participe no âmbito da empreitada, incluindo, nomeadamente, reuniões relativas a ações de fiscalização, reuniões com a Contraente Pública, ou com entidades terceiras relacionadas com a empreitada, das quais (reuniões) dará conhecimento à Contraente Pública no prazo de 3 (três) dias antes da sua realização.
5. As atas mencionadas no número anterior deverão ser facultadas, para apreciação, a todos os presentes nas respetivas reuniões no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a realização das mesmas, e ao representante da Contraente Pública na eventualidade de o mesmo não ter participado na reunião em causa.

6. A documentação a entregar nos termos dos números anteriores deverá ser apresentada em língua portuguesa, em suporte informático compatível com *Microsoft Office 2016*, e as peças desenhadas em formato não editável (pdf) e em formato editável (compatível com o *AutoCAD 2018*).
7. A Contraente Pública poderá, para seu uso exclusivo ou finalidade legalmente imposta, proceder à reprodução de todos os documentos referidos nos números anteriores.
8. O Cocontratante compromete-se ainda a elaborar um relatório mensal do andamento dos trabalhos incluindo volume de trabalho acumulado executado, análise do cumprimento do plano de trabalhos, condições meteorológicas registadas (se forem condicionantes ao andamento dos trabalhos), análise financeira incluindo autos de medição, com a compilação das atas de reunião, fichas de aprovação de materiais, resultados dos ensaios realizados e coordenação de segurança.

#### **Cláusula 8.ª - Transferência da Propriedade**

1. Com a declaração, por parte da Contraente Pública, de aceitação dos elementos a entregar pelo Cocontratante no cumprimento do contrato a celebrar, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Contraente Pública, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior, não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos e contrato a outorgar na sequência do presente procedimento.

#### **Cláusula 9.ª - Esclarecimento de Dúvidas na Interpretação de Documentos**

1. As dúvidas que o Cocontratante tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação de serviços devem ser submetidas à Contraente Pública antes de se iniciar a execução do trabalho sobre o qual elas recaiam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deverá o Cocontratante submetê-las imediatamente à Contraente Pública, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. A falta de cumprimento do disposto nos números anteriores torna o Cocontratante responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

#### **Cláusula 10.ª - Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

1. São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Contraente Pública venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Cocontratante indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

#### **Cláusula 11.ª - Dever de Sigilo**

1. O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 12.ª - Prazo do Dever de Sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar da data da receção provisória isenta de anomalias da empreitada, independentemente de ter ocorrido cessação do contrato, por qualquer causa, anterior a esta data, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 13.ª - Acompanhamento dos Trabalhos**

1. Os trabalhos a realizar pelo Cocontratante serão acompanhados por representantes da Contraente Pública.

2. Em qualquer fase dos trabalhos, a Contraente Pública poderá pedir esclarecimentos ou informações adicionais, sugerir alterações, aceitar ou rejeitar as metodologias propostas pelo Cocontratante que, neste caso, deverá apresentar outras e demonstrar a sua eficácia para alcançar os objetivos preconizados.
3. Para efeitos de acompanhamento dos trabalhos, terão lugar reuniões periódicas entre os representantes da Contraente Pública e o Cocontratante, por iniciativa de qualquer das partes.
4. Para além das reuniões referidas no número anterior, o **Diretor da Fiscalização** estará presente em todas as **reuniões de Coordenação de Obra**, a ocorrer com periodicidade mínima mensal.
5. Sempre que o Cocontratante promover a realização de reuniões com o cocontratante da empreitada ou com quaisquer outras entidades, deverá dar conhecimento prévio da agenda de trabalhos e da data da sua realização aos representantes da Contraente Pública, nos termos definidos pela Clausula 7.ª n.º 4 deste Caderno de Encargos, para que possam estar presentes se assim o entenderem.

#### **Cláusula 14.ª - Delegação de Poderes**

1. O Cocontratante, no exercício da prestação contratual, terá poderes bastantes delegados pela Contraente Pública e estará, por esta, habilitado com os elementos indispensáveis a resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo cocontratante da empreitada para o efeito da normal prossecução dos trabalhos, devendo de elas dar o devido e atempado conhecimento à Contraente Pública através dos meios de comunicação aprovados.
2. O Cocontratante não pode tomar decisões sem prévio consentimento da Contraente Pública que conduzam a qualquer uma das seguintes situações no âmbito do contrato:
  - a) Modificação e cessação do contrato;
  - b) Aumento de custos da empreitada;
  - c) Alterações do projeto;
  - d) Diminuição da qualidade dos materiais e soluções;
  - e) Alargamento do prazo contratual da empreitada ou alterações ao programa de trabalhos aprovado.
3. O Cocontratante deverá, no entanto, emitir, em tempo útil, pareceres conclusivos e devidamente fundamentados quanto a estas matérias, tendo em vista a prestação de todo o apoio técnico necessário a estas decisões pela Contraente Pública.
4. O Cocontratante garantirá, em permanência, a sua total independência relativamente ao cocontratante da empreitada e seus subempreiteiros e fornecedores.

#### **Cláusula 15.ª - Execução Simultânea de Outros Serviços no Local da Obra**

1. A Contraente Pública reserva-se no direito de realizar ou mandar realizar por outrem, sem prejuízo do desenvolvimento normal do contrato, quaisquer serviços não incluídos no contrato, sejam de fiscalização ou outros, ainda que de natureza idêntica aos serviços contratados.
2. Os serviços referidos na cláusula anterior serão executados sempre que possível, após prévio conhecimento do Cocontratante.
3. Caso não seja possível o prévio conhecimento do Cocontratante nos termos ditos pelo número anterior, a Contraente Pública compromete-se a informar o Cocontratante no mais curto prazo de tempo.
4. Quando o Cocontratante considerar que o desempenho das suas obrigações contratuais está a ser afetado em virtude da prestação de serviços referida no n.º 1 da presente cláusula, deverá apresentar a sua reclamação por escrito à Contraente Pública no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da ocorrência, ou do seu conhecimento, a fim de superiormente se tomarem as providências que as circunstâncias imponham.
5. A apresentação da reclamação referida no número anterior não iliba o Cocontratante das suas responsabilidades no âmbito da execução do contrato a outorgar na sequência do presente procedimento.

### **Capítulo III – Obrigações da Entidade Adjudicante**

#### **Cláusula 16.ª - Preço Base e Preço Contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato a outorgar na sequência do presente procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Contraente Pública deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA aplicado à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública, incluindo as despesas de alojamento, alimentação, seguros e deslocação de meios humanos, comunicações, despesas de aquisição,

transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, equipamentos ou quaisquer outros instrumentos de trabalho, dados de informação, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. O preço da proposta deverá contemplar todas as deslocações e estadias do Diretor da Fiscalização, e restantes membros da equipa para o efeito necessários, para efeitos de cumprimento das obrigações impostas no presente Caderno de Encargos, incluindo as deslocações e estadias aos locais de execução dos elementos pré-fabricados, indicados nas várias alíneas da Cláusula 3.ª supra, para acompanhamento/fiscalização dos trabalhos respetivos.
4. O preço base no âmbito do presente procedimento é de **1.300.000,00 € (um milhão e trezentos mil euros)**.
5. Por preço base entende-se o montante máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela integral execução do objeto do contrato a outorgar na sequência do presente procedimento.

#### **Cláusula 17.ª - Condições de Pagamento e Pagamentos a Subcontratados**

1. As quantias devidas pela Contraente Pública nos termos do artigo anterior devem ser pagas ao Cocontratante no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas acompanhadas dos respetivos elementos justificativos, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que dizem respeito.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida mensalmente, com o término do mês correspondente, em referência aos serviços efetivamente prestados no decorrer desse período.
3. Para efeitos do disposto pelos números anteriores, as faturas serão mensais, devendo explicitar o período a que se referem e deverão refletir, fazendo expressa referência, a **afetação real** dos técnicos comprovadamente afetos à prestação dos serviços, não podendo conter pagamento de elementos não afetos na realidade à prestação dos serviços durante o período a que respeitam.
4. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 da presente cláusula, as faturas serão pagas através de transferência bancária para a conta do Cocontratante que este indicar à Contraente Pública em execução de contrato.
6. A Contraente Pública encontra-se obrigada a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos.
7. No prazo para esse efeito determinado pelo artigo 9.º do Decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, e consoante o tipo de entidade que representar, o Cocontratante fica obrigado a utilizar mecanismos de faturação em conformidade com o disposto pelo artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos.
8. Não serão admitidos pagamentos por adiantamento de preço.

#### **Cláusula 18.ª - Elementos a Facultar ao Cocontratante**

A Contraente Pública facultará ao Cocontratante o contrato referente à Empreitada de Construção do Novo Porto das Lajes das Flores, onde se incluem todos os elementos do mesmo parte integrante, nomeadamente o respetivo Projeto de Execução, bem como os documentos e dados de que disponha, com interesse para a execução da prestação dos serviços e facilitará também, sempre que possível, os contactos com as entidades que seja conveniente ouvir ou que possuam informações consideradas relevantes para a elaboração dos trabalhos.

### **Capítulo IV – Penalidades Contratuais e Resolução do Contrato**

#### **Cláusula 19.ª - Penalidades Contratuais**

1. Sem prejuízo do disposto pelos números seguintes, em caso de incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por causa imputável ao Cocontratante, poderá a Contraente Pública aplicar-lhe, até ao termo do incumprimento, ao fim da prestação dos serviços ou à resolução do contrato, consoante a situação em concreto sob análise, uma pena pecuniária equivalente a 0,1 % do valor do contrato por cada dia de incumprimento.
2. No caso de haver lugar a demolições de partes de obra, provisória ou definitivamente, avaria ou perda de equipamentos e *software* resultantes de comprovado dolo ou negligência do Cocontratante ou dos seus agentes, ser-lhe-á aplicada multa correspondente ao dobro do custo de toda a equipa do

Cocontratante afeta no período em que os factos tiveram lugar, com o valor mínimo equivalente a 2 (dois) dias úteis de encargo da referida equipa.

3. A não comparência ao serviço de agente do Cocontratante, seja qual for o seu nível e categoria, em qualquer momento e local da obra, fabrico ou ensaio, para o qual estava prevista a sua presença será passível de aplicação de multa correspondente ao custo de toda a equipa do Cocontratante, durante o período de ausência.
4. Por cada reincidência do mesmo agente na falta referida no número anterior, a multa duplica até ao limite máximo de 3 reincidências, a partir do qual o agente terá de ser retirado dos serviços cometidos ao Cocontratante.
5. Não haverá lugar à aplicação da multa referida no número 3 da presente cláusula, no caso de o agente ter sido substituído, em tempo oportuno, por outro de categoria idêntica ou superior, e o facto depois de comunicado previamente à Contraente Pública, esta o tiver aprovado.
6. Cada dia de falta de meios e materiais previstos na proposta do Cocontratante, da sua responsabilidade, que não tenha sido, com antecedência adequada, comunicado à Contraente Pública e por esta relevada, sujeita o Cocontratante, igualmente, à multa diária de 0,1 % do valor total do contrato.
7. Na eventualidade da não comparência ao serviço de agente do Cocontratante por motivo de doença comprovada em atestado médico ou morte de familiar, de duração prevista superior a 5 (cinco) dias úteis, nos termos do acima descrito, o Cocontratante deverá solicitar a substituição do agente, mesmo que provisória, em tempo oportuno e nas mesmas condições que no número 5 da presente cláusula.
8. A Contraente Pública pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
9. As penas pecuniárias previstas no contrato e neste Caderno de Encargos não obstam a que a Contraente Pública exija do Cocontratante uma indemnização pelo dano excedente.
10. Sem prejuízo do disposto pelo número anterior, as sanções previstas na presente cláusula não são cumuláveis em referência ao mesmo facto.



11. O valor acumulado das sanções previstas pela presente cláusula não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
12. Nos casos em que seja atingido o limite referente ao valor da sanção previsto pelo número anterior e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% do preço contratual.
13. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante a título de sanção ao abrigo dos números 1 a 6 da presente cláusula, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

#### **Cláusula 20.ª - Responsabilidade do Cocontratante na Execução da Empreitada**

Se, por motivo de atuação negligente ou culposa do Cocontratante, se verificarem atrasos na execução dos trabalhos da empreitada, os encargos decorrentes da eventual prorrogação do respetivo prazo contratual serão da sua responsabilidade, sem prejuízo das indemnizações a que houver lugar por danos sofridos pela Contraente Pública.

#### **Cláusula 21.ª - Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup> - Resolução por Parte da Contraente Pública**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato nos seguintes casos:
- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Cocontratante;
  - b) Incumprimento, por parte do Cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
  - c) Oposição reiterada do Cocontratante ao exercício dos poderes da Contraente Pública;
  - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo Cocontratante da manutenção das obrigações assumidas pela Contraente Pública contrarie o princípio da boa-fé;
  - e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP, e sem prejuízo do disposto no n.º 3 da mesma disposição legal;
  - f) Incumprimento pelo Cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
  - g) Não renovação do valor da caução pelo Cocontratante, nos casos em que a tal esteja obrigado;
  - h) O Cocontratante se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
  - i) Impossibilidade de manutenção do contrato por impossibilidade de efetuar uma modificação necessária;
  - j) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2. Para efeitos do disposto pela alínea a) do número anterior, considera-se incumprimento definitivo por parte do Cocontratante, sem prejuízo do disposto na Cláusula 19.ª do presente Caderno de Encargos:
  - a) O incumprimento injustificado das suas obrigações por um período superior a 15 (quinze) dias úteis;
  - b) A desadequação, verificada e comprovada, em qualquer fase dos trabalhos, entre os objetivos definidos para a prestação dos serviços e o trabalho desenvolvido.
3. O direito de resolução referido no presente artigo exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante, e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Contraente Pública.
4. O disposto na presente clausula não prejudica o direito da Contraente Pública à indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.

#### **Cláusula 23.ª - Resolução por Parte do Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros.
2. Sem prejuízo do disposto pelo número seguinte, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. No caso previsto no n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Contraente Pública, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

## Capítulo V – Seguros

### Cláusula 24.ª - Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à execução do contrato a celebrar, nos termos enunciados na Parte II – Cláusulas Técnicas, do presente Caderno de Encargos.
2. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante fornecê-la no prazo máximo de 10 (dez) dias.

## Capítulo VI – Disposições Finais

### Cláusula 25.ª – Proteção de Dados

1. A Contraente Pública e o Cocontratante comprometem-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais e à livre circulação desses dados, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. As partes podem acordar outras cláusulas relativas à prestação do serviço de tratamento de dados pessoais, especificando, por exemplo, a responsabilidade, desde que não contrariem direta ou indiretamente as Cláusulas previstas neste Caderno de Encargos ou prejudiquem os direitos ou liberdades fundamentais do titular dos dados e a proteção conferida pelo RGPD.

### Cláusula 26.ª – Revisão de Preços

1. O valor da taxa horária normal contratado para a prestação dos serviços de fiscalização da obra será objeto de revisão anual, com base na variação do **Índice de Preços no Consumidor (IPC)**, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), sem habitação, considerando-se como referência o último valor anual disponível.
2. A revisão será aplicada **a partir do 13.º mês de vigência contratual** e, posteriormente, com **periodicidade anual**, incidindo sobre os serviços efetivamente prestados após cada atualização.
3. A aplicação da revisão de preços carece de **pedido por escrito do adjudicatário**, acompanhado de memória de cálculo e dos índices utilizados, sendo a revisão aplicada após validação pela Entidade

Adjudicante.

#### **Cláusula 27.ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

1. A subcontratação pelo Cocontratante e a cessão da sua posição contratual ou de qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, não pode ocorrer sem a autorização prévia da Contraente Pública.
2. Para efeitos do disposto pelo número anterior, deverá ser garantido o cumprimento do regime previsto pelos artigos 316.º a 323.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 28.ª - Caução**

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações emergentes do contrato a outorgar na sequência do presente procedimento, o Adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a **2% (dois por cento)** do preço contratual, não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado.
2. A Contraente Pública pode executar a caução, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
3. A resolução do contrato pela Contraente Pública não prejudica qualquer direito à execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
4. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a notificação da Contraente Pública para esse efeito.
5. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do Auto de Recepção Provisória da Empreitada de Construção do Novo Porto das Lajes das Flores ou da conclusão do processo de fecho da obra, consoante o facto que ocorrer em último lugar.

#### **Cláusula 29.ª - Comunicações e Notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português e preferencialmente efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados para os endereços eletrónicos indicados pelas partes em sede de contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato apenas vincula após comprovadamente comunicada à parte contrária.

### **Cláusula 30.<sup>a</sup> - Outros Encargos**

São da responsabilidade do Cocontratante todas as despesas derivadas da prestação da caução, bem como as inerentes à celebração do contrato.

### **Cláusula 31.<sup>a</sup> - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em Sábados, Domingos e dias feriados.

### **Cláusula 32.<sup>a</sup> – Gestor do contrato**

1. Para efeitos do disposto nos artigos 96.º n.º 1, alínea i), e artigo 290.º-A do CCP, na sua redação em vigor, a fase de execução do contrato será acompanhada por um gestor do contrato.
2. Para efeitos do disposto pelo número anterior, o exercício das funções de Gestor de Contrato será desempenhada por Flávio José Quaresma Pereira, Coordenador do Departamento de Projetos e Obras Portuárias da Portos dos Açores, S.A., conforme Deliberação do Conselho de Administração dessa mesma entidade.
3. Caso o Gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

### **Cláusula 33.<sup>a</sup> – Legislação Aplicável**

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual em vigor, bem como a legislação que ao seu objeto se aplique, nomeadamente o disposto pela Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, pela qual se estabelece o Regime Jurídico da Qualificação Profissional dos Responsáveis por Projetos e pela Fiscalização e Direção de Obra.

## **PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS**

### **1. Disposições Gerais**

#### **1.1. Especificação da Prestação de Serviços**

A prestação de serviços tem por objeto o “PLANEAMENTO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO PORTO DAS LAJES DAS FLORES”.

#### **1.2. Legislação**

É aplicável a legislação portuguesa relativa à atividade de fiscalização, da gestão da qualidade, prejuízos a terceiros, desemprego, trabalho, Segurança Social, segurança e medicina no trabalho, salvo no que for expressamente disposto em contrário por este Caderno de Encargos. É igualmente aplicável a legislação ambiental vigente, entendendo-se esta como aquela que está em vigor durante o período de execução da prestação dos serviços.

#### **1.3. Entidades Intervenientes**

**1.3.1.** As entidades diretamente intervenientes no desenvolvimento da prestação de serviços são:

- a) Portos dos Açores S.A., como dono da obra e seus representantes devidamente credenciados;
- b) O Cocontratante da empreitada e seus representantes;
- c) O adjudicatário/cocontratante da prestação de serviços de fiscalização;
- d) O autor do projeto.

**1.3.2.** Outras entidades que dono da obra entenda fazer intervir:

- a) Capitania do Porto;
- b) Operadores do Porto das Lajes das Flores (serviços de pilotagem, combustíveis, outras entidades);
- c) Entidades com responsabilidades na área ambiental (se aplicável).

### **2. Objeto e Âmbito da Prestação dos Serviços**

#### **2.1. Objeto e âmbito geral da atuação**

**2.1.1.** A prestação de serviços, a que se refere este Caderno de Encargos, tem como objeto principal o planeamento, coordenação e fiscalização, controlo em matéria de segurança e saúde e acompanhamento ambiental e da qualidade das obras que compõem a “EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO PORTO DAS LAJES DAS FLORES”.

**2.1.2.** Pretende-se com a contratação destes serviços o acompanhamento e verificação do exato cumprimento da empreitada e suas eventuais alterações, do contrato celebrado entre a contraente pública e o cocontratante da empreitada, do Caderno de Encargos da empreitada e do Plano de Trabalhos, bem como da legislação em matéria de segurança e saúde, de ambiente e de toda a outra aplicável, desde a formalização do contrato até à respetiva receção provisória da obra e conclusão do respetivo processo de fecho de obra.

**2.1.3.** Competirá ao Cocontratante inteirar-se completamente da natureza, importância e localização da obra a realizar, na sua globalidade, pelo que não poderá invocar qualquer destes aspetos para se eximir ou atenuar a responsabilidade que assuma com a presente prestação de serviços.

As atividades que integram o campo geral de intervenção são agrupadas nas áreas de atuação que se indicam na cláusula seguinte.

## **2.2. Campo Geral de Atuação**

### **2.2.1. Área geral**

De um modo geral, a fiscalização, a coordenação em matéria de segurança e saúde e o acompanhamento ambiental e da qualidade durante a execução da empreitada, desenvolverá todas as suas atividades, em conformidade com o presente Caderno de Encargos, com as disposições que lhe são aplicáveis do Caderno de Encargos da empreitada e do Código dos Contratos Públicos.

### **2.2.2. Áreas de atuação**

Os serviços serão prestados nas seguintes áreas de atuação, em conformidade com as instruções fornecidas pela Contraente Pública:

- a) Acompanhamento dos trabalhos preparatórios;
- b) Análise de soluções construtivas e de materiais propostos;
- c) Controlo administrativo dos trabalhos;
- d) Controlo do planeamento e da execução dos trabalhos;
- e) Controlo de quantidades e custos;
- f) Controlo da qualidade;
- g) Coordenação de higiene e segurança em obra;
- h) Controlo ambiental;
- i) Controlo geotécnico;
- j) Registo fotográfico e vídeo dos trabalhos e ocorrências significativas;
- k) Processo de fecho e receção provisória da empreitada.

## **3. Atividades a realizar ou a apoiar pelo Cocontratante**

### **3.1. Acompanhamento de trabalhos preparatórios**



- 3.1.1.** Antes do início da construção, o Cocontratante, em conjunto com o Cocontratante da empreitada, deverá efetuar um levantamento exaustivo “*in loco*”, (com registo fotográfico e vídeo) do estado das vias de circulação que serão mais utilizadas pelas viaturas pesadas do empreiteiro, bem como dos edifícios nas proximidades da obra e das vias de circulação, que estarão mais sujeitos a eventuais danos causados pela execução da empreitada, verificar a implantação das diferentes estruturas a construir, tendo por base as reais condições do local e as soluções do projetista e do cocontratante da empreitada. Desta forma, e antes do início dos trabalhos, o Cocontratante, em conjunto com o Cocontratante da empreitada, deverá efetuar o reconhecimento detalhado do local de forma a obter atempadamente informação adequada sobre todos os condicionalismos detetados. Deverá ainda preparar a comunicação prévia da abertura do estaleiro para ser enviada à Inspeção do Trabalho pelo Dono da Obra.
- 3.1.2.** O Cocontratante deverá igualmente, em conjunto com o empreiteiro, verificar a implantação correta da obra, de acordo com as referências fornecidas pelo projeto e acompanhar na realização do levantamento topo-hidrográfico.

### **3.2. Análise de soluções construtivas e de materiais propostos**

Serão atribuições do Cocontratante:

- a) No que respeita à execução da obra, o Cocontratante deverá contribuir para a definição de soluções com vista à adaptação do Projeto, quando necessário, às condições reais de execução;
- b) No âmbito do referido na alínea anterior, competirá designadamente ao Cocontratante assegurar todos os meios necessários à articulação e resolução de eventuais dúvidas na transposição e adequação do projeto à obra, em ligação com o Dono da obra;
- c) Analisar as soluções construtivas propostas e propor alterações, caso aquelas se verifiquem não serem adequadas, com o objetivo de minimizar custos e riscos de acidentes em fase de execução da empreitada e em fase de exploração da obra executada;
- d) Analisar os materiais propostos, verificar a sua conformidade com as especificações do Caderno de Encargos da empreitada e com a documentação do contrato, se são os indicados para o fim a que se destinam, tendo em vista a minimização de custos e a maximização da qualidade da obra;
- e) Analisar alternativas com vista à adoção das soluções técnicas adequadas e mais económicas para eventuais novos trabalhos, que não estejam especificados no projeto de execução;

f) Analisar os aspetos suscetíveis de gerar impactes ambientais negativos, contribuindo para encontrar alternativas mais favoráveis do ponto de vista ambiental, em particular em termos da conservação da natureza nos locais mais sensíveis e em cumprimento do disposto na legislação aplicável em vigor;

g) Ajudar a identificar, antecipadamente, situações que possam colocar constrangimentos ao normal andamento dos trabalhos de execução da empreitada de forma a ser possível procurar soluções, com a devida antecedência, que minimizem ou eliminem os efeitos nefastos que tais situações possam produzir.

### **3.3. Controlo administrativo dos trabalhos**

O controlo administrativo dos trabalhos, tem a finalidade de organizar, gerir e manter a troca e fornecimento de informação, a articulação entre as entidades diretamente intervenientes (Contraente Pública, Fiscalização, cocontratante da empreitada, Projetistas) e outras entidades com competências específicas em áreas envolventes, e permitir, a cada momento, o conhecimento pormenorizado dos trabalhos realizados e equipamentos fornecidos e instalados pelo cocontratante da empreitada.

A Fiscalização deverá manter a Contraente Pública permanentemente informada dos factos e ocorrências relevantes dos trabalhos da empreitada, com vista a permitir-lhe o seu acompanhamento e a facultar-lhe os meios indispensáveis às tomadas de decisão mais importantes e que venham a revelar-se necessárias.

Serão, nomeadamente, atribuições do Cocontratante:

- a) Preparar instruções, ordens, avisos ou notificações a enviar ao cocontratante da empreitada;
- b) Preparar e organizar todos os elementos necessários à "Comunicação prévia da abertura de estaleiro", e subsequentes alterações, conforme previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, quando for obrigatória essa formalidade, com vista ao seu envio à entidade competente pelo Dono de obra;
- c) Convocar (em articulação com o Dono de Obra) e participar em reuniões de obra (semanais) e de coordenação de obra, a realizar mensalmente, com os diversos intervenientes na execução da empreitada, ficando também a cargo do Cocontratante a elaboração das respetivas atas, quando o Cocontratante da empreitada não tiver essa obrigação. Caso estas não possam ficar prontas no final de cada reunião serão enviadas sem falta, a cada participante, no prazo máximo de 3 dias úteis, a fim de que os mesmos se possam pronunciar. Neste caso, e após se terem efetuado as retificações necessárias, serão assinadas na reunião seguinte;

- d) Proceder mensalmente às medições dos trabalhos executados, à elaboração dos autos de medição e à apresentação da relação detalhada de equipamentos fornecidos, instalados e ensaiados;
- e) Analisar técnica e juridicamente e emitir pareceres sobre os procedimentos administrativos a adotar relativamente a questões pertinentes, nomeadamente relativos a trabalhos imprevistos, não previstos e a não executar, reclamações e propostas do Cocontratante da empreitada;
- f) Quando forem colocadas dúvidas pelo empreiteiro quanto a questões de projeto que estejam no âmbito da assistência técnica à obra, nos termos da legislação em vigor, o Cocontratante deverá encaminhar essas dúvidas para o projetista, com o devido conhecimento dos representantes do Dono de Obra, promovendo o seu esclarecimento em tempo útil;
- g) Informar da necessidade ou conveniência do estabelecimento de novas serventias ou da modificação das previstas e da realização de quaisquer aquisições, pronunciar-se sobre todas as circunstâncias que, não havendo sido previstas no projeto de execução, confirmam a terceiros direito a indemnização e informar das consequências contratuais e legais desses factos.

### **3.4. Controlo do planeamento e da execução dos trabalhos**

A Fiscalização deve exigir o cumprimento dos prazos acordados e garantir a contenção dos custos da empreitada, através de um controlo permanente da progressão dos trabalhos, nomeadamente através das ações seguintes:

- a) Recolher, tratar e registar informação relativa ao progresso das diferentes frentes de trabalho e fornecimento, instalação e teste de equipamentos;
- b) Transmitir ao empreiteiro as ordens do Dono de Obra e verificar o seu correto cumprimento;
- c) Verificação dos materiais e equipamentos a serem instalados, onde se inclui um levantamento mensal pormenorizado de todos os materiais e equipamentos colocados em estaleiro;
- d) Análise, controlo e previsão de tempos e prazos das atividades, nomeadamente:
  - i) Elaboração de estimativas de duração dos trabalhos ainda não realizados, tendo em conta a realidade da obra, bem como meios necessários para garantir o cumprimento do prazo da empreitada;
  - ii) Identificação e caracterização dos principais desvios verificados, propondo, quando se justifique, um programa de recuperação, incluindo a descrição das ações necessárias ao seu cumprimento;
  - iii) Análise dos pedidos de prorrogação de prazo e emitir parecer que permita ao Dono da Obra deliberar sobre os mesmos;

- e) Garantir a permanente atualização do "Livro de Obra", com o registo diário das atividades e situações relevantes;
- f) Garantir o cumprimento do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, relativo ao Plano de Segurança e Saúde;
- g) Análise pormenorizada e controlo do desenvolvimento das ações realizadas pelo Cocontratante da empreitada relativamente ao avanço dos trabalhos e ao fornecimento, instalação e ensaio dos equipamentos da obra;
- h) No caso de atraso nos trabalhos, promover a realização de novos cronogramas financeiros previsionais, decorrentes da nova programação dos trabalhos, com vista ao planeamento dos pagamentos por parte da Contraente Pública;
- i) Elaboração de Relatórios Diários de acompanhamento de frente de trabalho, nomeadamente frente marítima, frente de construção civil, estaleiro de pré-fabricação na Ilha das Flores, estaleiro de pré-fabricação na Ilha Terceira e estaleiro de pré-fabricação de Leixões. Estes relatórios deverão ser elaborados no final do período de trabalho diário ou no início do período de trabalho seguinte, e deverão ser incluídos, como anexo, nos relatórios intercalares semanais, tendo como objetivo transmitir à Contraente Pública uma informação atualizada de como a empreitada decorre.

No início da prestação de serviços, deverá ser submetido à aprovação da Contraente Pública um modelo do relatório diário a utilizar.

Deverá incluir informação sobre:

- Descrição dos trabalhos realizados no dia;
- Previsão dos trabalhos a realizar no dia seguinte;
- Cargas de mão-de-obra das atividades principais;
- Cargas de equipamento das atividades principais;
- Registo de paragem na execução dos trabalhos indicando o motivo;
- Registo de eventuais paragens em equipamentos, indicando o motivo;
- Horário de trabalho na respetiva frente;
- Outras informações relevantes sobre a execução dos trabalhos;
- Registo de elementos pré-fabricados no dia, quando aplicável;
- Condições de segurança e eventuais acidentes;

j) Elaboração de Relatórios Intercalares Semanais, a entregar no início de cada semana, referentes aos trabalhos executados na semana anterior, tendo por objetivo transmitir à Contraente Pública informação intercalar sobre o andamento dos trabalhos.

No início da prestação de Serviços, deverá ser submetido à aprovação da Contraente Pública um modelo do relatório intercalar a utilizar.

Deverá ser incluído em cada relatório:

- Resumo dos trabalhos executados na semana;
- Previsão dos trabalhos a executar na semana seguinte;
- Principais condicionantes à execução dos trabalhos;
- Registo de paragens nas frentes de obra, com indicação do motivo;
- Registo de paragens de equipamentos, indicando os dias de paragem e motivos da mesma;
- Tabela de elementos pré-fabricados na semana incluindo informação sobre:
  - Identificação da peça;
  - Descrição da peça (Antifer 620 KN, por exemplo);
  - Data de fabrico;
  - Resultados dos ensaios;
  - Elementos colocados em obra e respetiva data de colocação;
  - Indicação clara de elementos que tenham sido rejeitados e o motivo da sua rejeição;
- Algumas fotografias mais relevantes das diversas frentes de obra;
- Compilação dos Relatórios Diários elaborados durante a semana;
- Outras informações relevantes sobre a execução dos trabalhos;

k) Elaboração de um Relatório Mensal de Acompanhamento da obra, a ser entregue até ao 10.º (décimo) dia do mês seguinte a que se reporta, sendo entregue em duplicado. Este relatório deve transmitir à Contraente Pública uma informação global sobre a forma como a empreitada decorre.

Deverá incluir informação sobre, nomeadamente:

- Aspetos gerais da obra e condições atmosféricas em que os trabalhos se desenvolveram, incluindo obrigatoriamente:
  - Descrição dos trabalhos realizados durante o mês;
  - Indicação das principais atividades iniciadas e/ou concluídas no mês;
  - Previsão dos trabalhos a executar no mês seguinte;

- Aspectos gerais dos equipamentos fornecidos, instalados e ensaiados;
- Andamento dos trabalhos e meios utilizados (equipamentos e meios humanos);
- Principais dificuldades;
- Soluções adotadas;
- Medidas preconizadas;
- Percentagem de realização física (do total e de cada frente de trabalho);
- Percentagem de execução Financeira;
- Reuniões (atas aprovadas);
- Situação dos trabalhos imprevistos e não previstos face ao estipulado no Código dos Contratos Públicos;
- Relação de assuntos e trabalhos pendentes a tratar com o Cocontratante da empreitada;
- Análise do cumprimento do plano de trabalhos em vigor com indicação dos principais desvios ao documento;
- Análise ao caminho crítico da empreitada indicando os principais desvios face ao constante no Plano de Trabalhos aprovado em vigor;
- Análise financeira com indicação dos desvios, mensais e acumulados, face ao cronograma financeiro em vigor. Esta análise deverá incluir o cálculo da revisão de preços sempre que forem publicados novos índices;
- Análise ao Plano de Equipamentos aprovado indicando os principais desvios face ao previsto, com especial relevância nas atividades críticas do Plano de Trabalhos;
- Análise ao Mapa de Mão-de-Obra aprovado indicando os principais desvios face ao previsto, com especial relevância nas atividades críticas do Plano de Trabalhos;
- Compilação técnica incluindo materiais e equipamentos aprovados para aplicação em obra no mês e resultado dos diversos ensaios realizados até ao final do mês;
- Tabela de pré-fabricados incluindo:
  - Identificação da peça;
  - Descrição da peça (Antifer 620 KN, por exemplo);
  - Data de fabrico;
  - Resultados dos ensaios atualizados;
  - Data de colocação em obra;

- Indicação clara de elementos que tenham sido rejeitados e o motivo da sua rejeição;
  - Total, relativamente ao final do mês, de elementos produzidos, elementos armazenados em estaleiro de pré-fabricação, elementos transportados para a frente de obra e elementos colocados em obra;
- Informação relevante referente à segurança e saúde em obra, incluindo compilação de atas de reuniões promovidas pelo coordenador de segurança em obra;
- Informação relevante relativamente a aspetos e ocorrências ambientais, incluindo o cumprimento do PPGRCD;
- Acompanhamento de ensaios de materiais de construção e equipamentos integrados na obra, onde se inclui a elaboração do respetivo relatório;
- Registo fotográfico do andamento dos trabalhos incluindo ortofotografia e sobreposição da última com o projeto de execução;
- Compilação de todos os relatórios diários elaborados ao longo do mês;
- Compilação de todos os relatórios intercalares semanais elaborados ao longo do mês;
- Compilação dos Avisos Meteorológicos condicionantes aos trabalhos emitidos no Arquipélago dos Açores durante o mês;
- k) Elaboração de um Relatório Mensal de Apoio à Gestão do Contrato, conforme modelo facultado no ANEXO I, a ser entregue até ao 10.º (décimo) dia do mês seguinte a que se reporta;
- l) Preparação, acompanhamento e condução de todas as visitas às frentes de trabalho julgadas convenientes pela Contraente Pública.

### **3.5. Controlo de quantidades e custos**

Esta área tem a finalidade de controlar as medidas e faturação das quantidades de trabalho executadas mensalmente. Serão atribuições do Cocontratante:

- a) Efetuar o controlo geométrico das diferentes fases da obra para efeitos de controlo de medições;
- b) Proceder mensalmente às medições das quantidades de trabalho executadas e verificar os respetivos autos de medição;
- c) Determinar, com base nos autos de medição e nas fórmulas de revisão de preços, os pagamentos a efetuar ao Cocontratante da empreitada;

- d) Medir e controlar os trabalhos imprevistos, não previstos e a não executar e estimar os seus valores orçamentais, bem como proceder à análise das propostas respetivas apresentadas pelo Cocontratante da empreitada, tendo em vista a sua aprovação pela Contraente Pública;
- e) Elaborar a conta-corrente da empreitada;
- f) Apreçar os preços novos propostos pelo Cocontratante da empreitada para trabalhos não previstos e elaborar pareceres para apreciação e decisão pela Contraente Pública;
- g) Analisar técnica e juridicamente e informar a Contraente Pública sobre as questões apresentadas pelo Cocontratante da empreitada, nomeadamente sobre aquelas relativas a trabalhos não previstos e a não executar, reclamações e propostas;
- h) Analisar alternativas com vista à adoção das soluções técnicas adequadas e mais económicas para novos trabalhos e fornecimentos.

### **3.6. Controlo da qualidade**

- 3.6.1.** O objetivo do controlo da qualidade é o acompanhamento efetivo e sistemático de todos os trabalhos da empreitada, de modo a assegurar que estes sejam executados de acordo com o projeto de execução, com as especificações do Caderno de Encargos da empreitada e outras condições contratuais, normas em vigor e com as regras técnicas de boa execução.

O sistema a implementar pela Fiscalização será comum e uniforme ao longo de toda a prestação de serviços, devendo obedecer a uma estruturação e organização única.

- 3.6.2.** Relativamente à garantia de qualidade da construção e fornecimentos, serão atribuições do Cocontratante o acompanhamento dos ensaios em obra, dos critérios de aprovisionamento do empreiteiro, da conformidade da qualidade dos materiais, equipamentos e processos construtivos, da implantação das obras e dos seus elementos integrantes, da conformidade dos desenhos com as construções e da conformidade dos ensaios finais, nomeadamente:

- a) Elaborar um Plano Geral de Garantia de Qualidade envolvendo todos os domínios referidos no âmbito da empreitada. Este plano integrará:
  - Definição dos objetivos em matéria de qualidade;
  - Definição das responsabilidades dos intervenientes no âmbito da qualidade e das soluções que propõe para a sua integração e envolvimento num sistema geral da qualidade;



- Programa de ação para a qualidade, estabelecendo os requisitos que deverão ser seguidos por cada interveniente;
  - Fluxogramas de ligação entre entidades, ações, interfaces e resultados;
  - Planos de Inspeção e Ensaio específicos;
  - Requisitos para a qualidade;
  - As diversas listas de inspeção e ensaios;
  - Indicadores para avaliação do desempenho;
  - Plano de auditorias internas;
- b) Elaborar relatórios mensais de Gestão da Qualidade contendo todas as análises, informações, pareceres, recomendações e propostas decorrentes da sua atuação;
- c) Assegurar as ações de acompanhamento, controlo, inspeção e ensaio por que é responsável e o acompanhamento das ações de inspeção e ensaio de outros intervenientes na empreitada, se os houver, e a sua monitorização.

**3.6.3.** Competirá ainda à área de controlo de qualidade as seguintes funções:

- a) Verificar o cumprimento das especificações de natureza técnica e material constantes do projeto de execução e do Caderno de Encargos da empreitada, no que respeita aos processos de construção, equipamentos, e materiais utilizados;
- b) Assegurar todo o acompanhamento, controlo e registo de informação relacionado com:
- a qualidade dos materiais, dos trabalhos executados e equipamentos instalados;
  - as características das obras realizadas e o cumprimento do projeto de execução aprovado;
  - os processos de construção, de montagem, instalação e ensaio utilizados;
  - o transporte, manuseamento, receção e armazenamento de materiais e equipamentos;
- c) Mandar executar e analisar os resultados dos ensaios necessários ao controlo de qualidade dos materiais e equipamentos aplicados e dos trabalhos executados;
- d) Assegurar a obtenção, por parte do Cocontratante da empreitada, de todas as informações de preparação de novas espécies de trabalho, incluindo materiais, recursos humanos, equipamento e processos construtivos;

e) Definir, de acordo com o projeto de execução e o Caderno de Encargos da empreitada, o plano específico de ensaios *in situ* e de controlo laboratorial, incluindo a definição de frequências de ensaios, por tipos de ensaio e materiais, em função da cadência de execução e de ensaios não rotineiros. O controlo incidirá essencialmente sobre os seguintes aspetos:

- Qualidade dos materiais de aterro e sua compactação;
- Betões e seus componentes;
- Cofragens;
- Aços utilizados;
- Instalações elétricas;
- Instalações especiais;
- Adequação aos normativos em vigor da qualidade dos materiais, em geral.

h) Participar na preparação e realização dos ensaios específicos das obras e equipamentos e eventual análise e emissão de recomendações sobre os principais cuidados a ter, instrumentos e outros meios de medição a utilizar, aferições prévias e listas de inspeção e ensaios;

i) Definir ações corretivas perante situações de não conformidade e assegurar o respetivo seguimento e avaliação de eficácia;

j) Rejeitar a aplicação de materiais cujas características contrariem o especificado nas condições do contrato, no Caderno de Encargos da empreitada e nas normas e regulamentos em vigor;

k) Dar parecer sobre propostas apresentadas pelo Cocontratante da empreitada no que respeita a alterações aos materiais, equipamentos, e processos de construção a utilizar nas frentes de trabalho da obra;

l) Elaborar recomendações julgadas convenientes, com o intuito de melhorar a qualidade de execução e verificar o cumprimento das condições estabelecidas no título contratual da empreitada.

### **3.7. Coordenação de Segurança e Saúde em Obra**

Relativamente à segurança e saúde, o Cocontratante deverá assegurar o cumprimento de todas as disposições legais do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e demais legislação em vigor, nomeadamente:

a) Analisar e verificar o plano de segurança e saúde em obra, nos termos do Caderno de Encargos e da

legislação em vigor;

- b) Exercer todas as funções de Coordenador de Segurança e Saúde em obra, com as atribuições cometidas a essa entidade, para o que o Cocontratante designará um elemento da sua equipa com a formação e experiência adequada;
- c) Auditar a aplicação do Plano de Segurança e Saúde em obra;
- d) Assegurar a recolha e tratamento de informação sobre acidentes, incluindo a informação estatística segundo as normas em vigor;
- e) Promover reuniões de coordenação de segurança em obra com o Cocontratante da empreitada, de frequência mínima mensal, incluindo a elaboração da respetiva ata que deverá ser facultada para apreciação, incluindo aos representantes do Dono de Obra, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a data da reunião;
- f) Realizar mensalmente, e também sempre que justificável, relatórios descrevendo as condições de segurança, higiene e saúde e o cumprimento das respetivas regras, incluindo a compilação das atas de reunião de coordenação de segurança realizadas no mês e registo, mensal e acumulado, de acidentes ocorridos em obra e respetiva gravidade;
- g) Conduzir os inquéritos e análises pormenorizadas sobre todos os acidentes ocorridos, responsáveis por danos humanos e materiais;
- h) Impor medidas com vista à proteção de vias, da integridade física de todos os intervenientes e de terceiros que poderão vir a ser afetados;
- i) Assegurar que são observadas as precauções e a conformidade com os requisitos gerais de segurança, na perspetiva da prevenção de acidentes e doenças profissionais;
- j) Controlar a qualificação profissional e o nível de comportamento do pessoal interveniente na execução da empreitada;
- k) Assegurar a verificação sistemática do cumprimento, por parte do empreiteiro e eventuais subempreiteiros, dos requisitos legais e contratuais em matéria de seguros;
- l) Dar respostas, em tempo útil, a todas as questões colocadas pelo empreiteiro sobre esta matéria, de modo a evitar qualquer perturbação ao normal desenvolvimento das obras;
- l) Dar parecer sobre os planos de estaleiro e de construções provisórias de apoio à execução das obras propostos pelo empreiteiro, verificar se estão de acordo com o estabelecido no contrato e com a legislação em vigor;

- m) Elaborar, com o apoio do empreiteiro e da Contraente Pública, todos os elementos necessários com vista ao Dono da Obra fazer a Comunicação Prévia de abertura do estaleiro, e subsequentes atualizações, à entidade competente.

### **3.8. Controlo Ambiental**

Competirá ao Cocontratante o controlo do cumprimento das medidas de defesa do ambiente, incluídas no Caderno de Encargos da empreitada, abrangendo as rejeições para a atmosfera, meio hídrico e solo e demais requisitos legais e contratuais nesta matéria, para além das medidas mitigadoras ou compensatórias que incidam sobre a conservação da natureza e da biodiversidade, bem como à proteção contra radiações eletromagnéticas nos locais mais sensíveis.

Em particular, o cocontratante deverá fazer um acompanhamento e controlo das medições de vibrações e ruído a que o empreiteiro está obrigado pela legislação aplicável, elaborando pareceres objetivos sobre os relatórios produzidos por este e impondo-lhe as medidas necessárias ao cumprimento dos limites legais. Deverá também estar atento ao aparecimento efetivo ou expectável de efeitos nocivos não controlados relacionados com as questões de vibração e ruído, comunicando-os imediatamente à entidade adjudicante.

Deverá ainda ser dada particular atenção no que se refere aos acessos à obra e respetivas implicações com o escoamento do trânsito existente nas áreas afetadas, devendo o Cocontratante impor ao empreiteiro as medidas necessárias, decorrentes das obrigações contratuais ou da legislação, no sentido de evitar ou minimizar os prejuízos causados aos utentes da respetiva via.

### **3.9. Controlo Geotécnico**

O Cocontratante deve proceder ao acompanhamento e interpretação de sondagens e ensaios geológicos e geotécnicos que se venham a revelar necessários.

### **3.10. Registo Fotográfico e Vídeo dos Trabalhos**

Será uma tarefa da responsabilidade do Cocontratante fazer o registo fotográfico e vídeo de todas as fases e factos relevantes da obra.

Para além dos normais registos de acompanhamento dos trabalhos em execução, deverá o Cocontratante tirar uma fotografia de toda a área afeta à empreitada todos os dias em que se realizem

trabalhos, sensivelmente à mesma hora e no mesmo local, a partir da qual seja possível verificar a evolução diária dos trabalhos. Estas fotografias deverão ser facultadas ao Contraente Público no prazo máximo de 24 horas após a sua captura.

Complementarmente, fica ainda o Cocontratante responsável pela elaboração de uma filmagem aérea com recurso a *drone*, a realizar na data de fecho do auto de medições. O vídeo terá uma duração mínima aproximada de 60 segundos, devendo abranger toda a área afeta à empreitada, com os devidos destaques aos trabalhos executados de maior relevância. Este registo deverá ser entregue conjuntamente com o relatório mensal de progressão de obra.

### **3.11. Processo de Fecho e Receção da Empreitada**

Compete ao Cocontratante, na fase final da empreitada, realizar as seguintes ações:

- a) Promover a realização das telas finais (preferencialmente após a conclusão de cada atividade), em conformidade com a respetiva especificação técnica constante do Caderno de Encargos da empreitada, de forma a proceder à receção provisória. As telas finais deverão garantir que refletem o efetivamente executado, devendo ser elaborada legenda própria (pelo empreiteiro) e entregue em formato digital contendo ficheiros do tipo DWG (compatível com Autocad 2018) e PDF. As telas finais deverão ser assinadas pelo Diretor Técnico da Empreitada, na qualidade de responsável pela entidade que elabora os documentos, e pelo Diretor de Fiscalização enquanto responsável pela entidade que revê a conformidade das telas finais.
- b) Elaborar a Compilação Técnica da empreitada com base nos elementos fornecidos pelo Cocontratante da empreitada, em formato digital com a mesma hierarquia do processo em papel, devidamente organizada de forma acordada com a Contraente Pública, e de forma que facilite a sua futura consulta, nomeadamente:
  - a. Processo administrativo – A Fiscalização deverá compilar toda a informação processual relacionada o processo administrativo, trocas de comunicações, em ficheiro PDF. O nome de cada ficheiro deverá iniciar-se pela data do mesmo (Ex: 20250501 Processo Administrativo).
  - b. Autos Mensais – Deverão ser criadas pastas de cada auto mensal de medição, onde deverá ser compilado o balancete em formato Excel e PDF e ainda auto e fatura em formato PDF assinados pelo empreiteiro e pela fiscalização. O nome do ficheiro deverá conter, para além do número sequencial, o mês e o ano a que se refere o documento (Ex: Auto 01 – Maio 2025).
  - c. Atas de Reuniões – Deverá ser criada uma pasta geral para Atas de Reuniões e no seu interior subpastas de cada Reunião, em formato PDF, assinada por todos os presentes.

- d. Pedidos ou Boletins de Aprovação de Materiais – Deverá ser criada uma pasta geral para pedidos de aprovação de materiais e no seu interior subpastas de cada pedido, em formato PDF, onde deverá estar incluído o pedido do empreiteiro, toda a documentação técnica associada e o registo de resposta de aprovação. O nome de cada pasta deverá iniciar-se pelo número do pedido (Ex: BAM 01 – Boletim de Aprovação de Materiais).
  - e. Desenhos de preparação de Obra - Deverá ser criada uma pasta geral para desenhos de preparação de obra no seu interior subpastas com cada pedido, em formato PDF. O nome de cada ficheiro deverá iniciar-se pelo número do desenho (Ex: PREP 01 – Preparação Obra)
  - f. Fotos – Deverá ser criada uma pasta para colocação de todas as fotos da empreitada, incluindo ortofotos, e no seu interior subpastas com a separação mensal das fotos (Ex: MES 01 – Maio 2025). Deverá ser efetuado um registo diário, sucinto, dos trabalhos relevantes. Não é necessária impressão em papel.
  - g. Vídeos – Deverá ser criada uma pasta para colocação dos vídeos da empreitada e no seu interior subpastas com a separação mensal dos videos (Ex: MES 01 – Maio 2025). Deverá ser indicado no ficheiro a data e a que zona se reporta (Ex: 20250501 Vídeo). Impressão em papel não aplicável.
  - h. Levantamento videográfico aéreo - Deverá ser criada uma pasta para colocação dos vídeos e fotos resultantes do levantamento videográfico aéreo. Impressão em papel não aplicável.
  - i. Arquivo de outras questões relevantes para a empreitada não identificadas.
- c) Formalizar todos os procedimentos legais relativos à receção provisória da empreitada;
- d) Elaborar a Conta Final da empreitada nos termos do Código da Contratação Pública, incluindo balancete final de todos os trabalhos executados, incluindo trabalhos imprevistos e não previstos, e compilação de todos os autos e faturas da empreitada.

## **4. Organização e Meios do Cocontratante**

### **4.1. Disposições gerais**

- 4.1.1.** Compete ao Cocontratante o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos, tecnológicos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver na fiscalização da empreitada, em conformidade com o previsto neste Caderno de Encargos, bem como o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

**4.1.2.** Os planos de mobilização dos meios humanos, tecnológicos e materiais serão elaborados em concordância com o plano geral da empreitada, devendo ser ajustados em função das eventuais alterações a que o mesmo venha a ser sujeito e aprovado pela Contraente Pública.

**4.1.3.** Se a Contraente Pública verificar que os meios utilizados pelo Cocontratante são insuficientes ou inadequados à boa execução dos trabalhos de sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo a contratação de meios humanos e aquisição de meios tecnológicos e materiais ou a sua modificação ou substituição, sem aumento do preço global contratado.

## **4.2. Organização e Gestão da Informação**

Compete ao Cocontratante organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos pretendidos e realizar as tarefas que lhe são cometidas.

O Cocontratante deverá dar especial atenção a todas as tarefas relacionadas com o controlo da qualidade e das quantidades associadas à execução dos trabalhos, pelo que deverá adotar os meios de organização adequados a esta exigência.

O Cocontratante deverá dar também especial atenção à montagem e definição de todos os circuitos de informação necessários à realização de todas as suas ações, já que é objetivo geral da sua intervenção o apoio na constituição e gestão de um sistema de informação e controlo.

O Cocontratante deverá dispor de meios informáticos que permitam o registo de todos os dados e elementos necessários e suficientes ao tratamento da informação e produção dos relatórios previstos neste Caderno de Encargos e à descrição dos trabalhos realizados, dos consumos efetivados e dos seus custos.

Todos os dados recolhidos e informação produzida poderão ser consultados e disponibilizados em "papel" e em suporte informático, sendo utilizados com dois fins distintos e paralelos:

- Dispor o Cocontratante da base de informação para o desenvolvimento da sua prestação de serviços usando todos os meios complementares que entender convenientes;
- Fornecer mensalmente à Contraente Pública cópia integral dos dados e elementos registados na empreitada, a fim de que a mesma possa constituir, através dos seus próprios meios informáticos, as bases de dados que entender convenientes, e que poderá utilizar para desenvolver também todas as análises de planeamento e controlo que julgar pertinentes. O tratamento dos dados referidos deverá ser informatizado. A formatação informática dos dados deverá ser compatível com os meios disponíveis na Contraente Pública, nomeadamente o *Microsoft Office 2016* e o *AutoCAD 2018*.

### 4.3. Meios Humanos

A mobilização de todos os meios humanos constantes da sua proposta e necessários à prestação dos serviços a cargo do Cocontratante é da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes colocam todo o seu conhecimento, zelo, competência e dedicação na realização dos serviços que lhe forem cometidos, de modo a que sejam executados de acordo com as melhores práticas profissionais.

O Cocontratante compromete-se a cumprir com o disposto pelo artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos, aqui aplicável por via do artigo 451.º n.º 2 deste mesmo código.

No quadro que se segue e parágrafos seguintes, indicam-se as áreas funcionais que, devem obrigatoriamente integrar a equipa do Cocontratante, bem como a formação académica e profissional inerente aos respetivos responsáveis e suas afetações mensais previstas durante todo o prazo de execução da empreitada, sem prejuízo da ocupação real que efetivamente ocorra durante a prestação de serviços, sendo obrigatório que todos os elementos constituintes da equipa falem e escrevam fluentemente a língua portuguesa.

As funções de Diretor da Fiscalização, Diretor da Fiscalização Adjunto, Fiscal de Obras Marítimas, Fiscal Técnico de Pré-Fabricação e Construção Civil, Fiscal de Pré-Fabricação externo à Ilha das Flores e Coordenador de Segurança em Obra serão desempenhadas de forma individual, não se admitindo que vários indivíduos/técnicos desempenhem, em simultâneo, uma mesma função.

<b>Categoria</b>	<b>Formação/Experiência</b>	<b>Afetação mensal</b>	<b>Meses afetado</b>
Diretor da Fiscalização	Eng. Civil ou Engenheiro Técnico Civil, membro sénior da respetiva Ordem profissional, de reconhecida competência e experiência de, pelo menos, 5 (cinco) anos em fiscalização e/ou execução de obras marítimas semelhantes às da empreitada e 2 (dois) anos de experiência em fiscalização e/ou execução de obras de construção civil;	176 Horas	64



Diretor da Fiscalização Adjunto	Eng. Civil ou Engenheiro Técnico Civil, membro sénior da respetiva Ordem profissional, de reconhecida competência e experiência de, pelo menos, 2 (dois) anos em fiscalização e/ou execução de obras marítimas semelhantes às da empreitada e 2 (dois) anos de experiência mínima em fiscalização e/ou execução de obras de construção civil;	176 Horas	60
Fiscal de Obras Marítimas	Pelo menos 3 (três) anos de experiência como técnico de obra/fiscal de obra em obras marítimas semelhantes às da empreitada;	176 Horas	60
Fiscal Técnico de Pré-Fabricação e Construção Civil	Pelo menos 3 (três) anos de experiência como técnico de obra/fiscal de obra em obras de construção civil;	176 Horas	60
Fiscal de Pré-Fabricação externo à Ilha das Flores	Pelo menos 3 (três) anos de experiência como técnico de obra/fiscal de obra em obras marítimas que incluam pré-fabricação de elementos em betão, simples e armado, nomeadamente blocos Antifer ou Tetrápodos, aduelas e caixotões	176 Horas	60
Coordenador de Segurança em Obra	Técnico Superior de Segurança em Obra com, pelo menos, 3 anos de experiência mínima na coordenação de segurança em empreitadas	44 Horas	60
Equipa de mergulho	Equipa de mergulhadores com curso e carta profissional	44 Horas	60
Equipa de Topo e hidrografia	Topógrafo com habilitação específica	44 Horas	60

Assessoria Técnica	Formação específica nas áreas necessárias à atividade da fiscalização, de modo a obter-se otimização de todos os trabalhos	64 Horas	64
--------------------	--	----------	----

As funções de assessoria técnica (jurídica ou de qualquer outra especialidade que se venham a revelar necessárias no cumprimento das obrigações do Cocontratante) serão asseguradas através do Diretor da Fiscalização.

As principais características e funções dos técnicos indicados acima, que se entende serem imprescindíveis que integrem a equipa do Cocontratante, são as que se descrevem seguidamente.

**4.3.1. Diretor da Fiscalização** será um Engenheiro Civil, membro sénior da Ordem dos Engenheiros, ou Engenheiro Técnico Civil, membro sénior da Ordem dos Engenheiros Técnicos, com, pelo menos, 5 (cinco) anos de experiência em fiscalização e/ou execução de **obras marítimas semelhantes** à da empreitada, e 2 (dois) anos de experiência em fiscalização e/ou execução de **obras de construção civil**.

Serão assim consideradas *semelhantes* as obras marítimo-portuárias que consistam na construção de quebra-mares, cais ou muros cortina e taludes de proteção, todas construídas em mar aberto e que incluam a pré-fabricação e colocação de elementos em betão, e as obras que envolvam a construção ou ampliação de edifícios com estrutura em betão armado que incluam a execução de infraestruturas de abastecimento de águas e esgotos, redes elétricas e ITED, por serem obras executadas em condições semelhantes à e que exigem idênticos equipamentos e, principalmente, idênticos processos construtivos, de acordo com o n.º 7 do artigo 4.º da lei n.º 31/2009, de 03 de julho, na sua redação atual.

Será o coordenador de toda a equipa de Fiscalização e o seu representante perante a Contraente Pública e coordenará também a equipa de assessoria, constituída por especialistas nas diversas áreas, no apoio à equipa permanente em obra.

O tempo de afetação, para efeitos de elaboração da proposta, é de 176 horas/ mês, durante todo o prazo de execução da Empreitada, ao qual acrescem 4 meses para preparação das telas finais, da compilação técnica e da conta final.

Durante todo o período de afetação, deverá garantir o acompanhamento presencial permanente na Ilha das Flores, no decorrer de toda a empreitada.

Descrição das funções:

Será o responsável e coordenará a atuação, nas diversas frentes de obra, dos elementos da equipa de fiscalização sob a sua responsabilidade.

Estará permanentemente em contacto com todas as frentes de obra, inteirando-se, com rigor, de todos os problemas e dificuldades decorrentes dos trabalhos.

Será ainda o responsável pelas seguintes atividades:

- Controlo administrativo e orçamental de todos os aspetos da empreitada;
- Aprovação e assinatura de todas as medições e faturação inerentes à execução da obra;
- Aprovação de todos os materiais e/ou equipamentos a incorporar na obra, devidamente coadjuvado pelos responsáveis pelas diversas frentes de trabalho, e em estreita colaboração com o Cocontratante da empreitada;
- Aprovação de todos os elementos pré-fabricados desde que observadas as exigências constantes no projeto de execução e demais peças do procedimento;
- Acompanhará a execução dos ensaios de controlo de qualidade;
- Acompanhará o Cocontratante da empreitada nas diligências para localizar todas as infraestruturas que possam interferir com os trabalhos;
- Assinará os Autos de Medição dos Trabalhos, de Receção Provisória e Definitiva;
- Coordenará as interfaces na equipa e, tanto quanto possível, evitará choques entre as mesmas;
- Elaborará e assinará os relatórios intercalares semanais;
- Elaborará e assinará o relatório mensal de progresso dos trabalhos da empreitada;
- Elaborará e assinará o relatório mensal de apoio à gestão do contrato;
- Analisará, informará e proporá, de forma fundamentada, a aprovação dos programas de trabalho do adjudicatário da empreitada, assim como demais documentação afim, requerida no Caderno de Encargos da empreitada;
- Garantirá o cumprimento das normas de segurança em consonância com o respetivo coordenador, cabendo-lhe a função de exigir a sua observação a todo o pessoal;
- Emitirá parecer para aprovação da localização e da área do estaleiro, dos locais de vazadouros e de obtenção de terras de empréstimo e também na definição dos condicionantes e controlo do tráfego rodoviário afetado;
- Analisará e emitirá parecer quanto aos eventuais trabalhos adicionais a preços novos ou contratuais, preparando o respetivo processo para apreciação e decisão pelo Dono de Obra;
- Preparará o fecho de contas no final da empreitada;
- Será o responsável pela coordenação do registo fotográfico e de vídeo dos trabalhos da empreitada, com recurso a meios informáticos.

Será também responsável pelos seguintes aspetos:

- Tratamento estatístico dos dados recolhidos diariamente;
- Controlo da Faturação da empreitada;

- Elaboração da conta corrente da empreitada;
- Planeamento;
- Revisão de Preços;
- Elaboração de relatórios em fase de garantia de obra, em cada uma das visitas que venham a ocorrer durante o prazo de garantia da mesma, onde façam referência às anomalias verificadas, compilando todas as informações sobre os temas, incluindo registo fotográfico.

**4.3.2. Diretor de Fiscalização Adjunto** será um Engenheiro Civil, membro sénior da Ordem dos Engenheiros, ou Engenheiro Técnico Civil, membro sénior da Ordem dos Engenheiros Técnicos, com, pelo menos, 2 (dois) anos de experiência, em fiscalização e/ou execução de **obras marítimas semelhantes** à da empreitada, e 2 (dois) anos de experiência mínima, em fiscalização e/ou execução de obras de **construção civil**.

Serão assim consideradas *semelhantes* as obras marítimo-portuárias que consistam na construção de quebra-mares, cais ou muros cortina e taludes de proteção, todas construídas em mar aberto e que incluam a pré-fabricação e colocação de elementos em betão, e as obras que envolvam a construção ou ampliação de edifícios com estrutura em betão armado que incluam a execução de infraestruturas de abastecimento de águas e esgotos, redes elétricas e ITED, por serem obras executadas em condições semelhantes à e que exigem idênticos equipamentos e, principalmente, idênticos processos construtivos, de acordo com o n.º 7 do artigo 4.º da lei n.º 31/2009, de 03 de julho, na sua redação atual.

Será o coordenador da equipa de fiscalização afeta à Pré-Fabricação e Construção Civil, respondendo diretamente ao Diretor de Fiscalização.

O Diretor de Fiscalização Adjunto assumirá as funções de Diretor de Fiscalização nas suas ausências pontuais, ou até que seja formalizada a sua substituição nos termos dos pontos 4.3.11., 4.3.12. ou 4.3.13..

O tempo de afetação, para efeitos de elaboração da proposta, é de 176 horas/ mês, durante todo o prazo de execução da Empreitada.

Durante todo o período de afetação, deverá garantir o acompanhamento presencial permanente na Ilha das Flores, no decorrer de toda a empreitada. Deverá igualmente visitar regularmente os estaleiros de pré-fabricação ativos externos à Ilha das Flores, nomeadamente na Ilha Terceira e em Leixões.

Descrição das funções:

Será o responsável e coordenará a atuação, nos trabalhos envolvendo pré-fabricação e construção civil (edifícios e redes técnicas dedicadas), dos elementos da equipa de fiscalização sob a sua responsabilidade, estabelecendo ligação entre estas frentes de obra e o Diretor de fiscalização a quem responde diretamente.

Estará permanentemente em contacto com as frentes de obra afetos à sua prestação, inteirando-se, com rigor, de todos os problemas e dificuldades decorrentes dos trabalhos.

Assistirá o Diretor de Fiscalização nas seguintes atividades:

- Controlo administrativo e orçamental de todos os aspetos da empreitada;
- Verificação de todas as medições das frentes afetas à sua prestação de serviços;
- Análise de todos os materiais e/ou equipamentos a incorporar na obra, devidamente coadjuvado pelos responsáveis pelas diversas frentes de trabalho, e em estreita colaboração com o Cocontratante da empreitada;
- Análise e aprovação, com conhecimento do Diretor de Fiscalização, de todos os elementos pré-fabricados desde que observadas as exigências constantes no projeto de execução e demais peças do procedimento;
- Acompanhará a execução dos ensaios de controlo de qualidade;
- Acompanhará o Cocontratante da empreitada nas diligências para localizar todas as infraestruturas que possam interferir com os trabalhos nas frentes de trabalho afetas à sua prestação;
- Compilará e facultará ao Diretor de Fiscalização a informação necessária à elaboração dos relatórios intercalares semanais e do relatório mensal de progresso dos trabalhos;
- Garantirá o cumprimento das normas de segurança em consonância com o respetivo coordenador, cabendo-lhe a função de exigir a sua observação a todo o pessoal.

**4.3.3. Fiscal de Obras Marítimas** – terá que possuir bons conhecimentos de desenho técnico, de materiais e técnicas de construção de obras marítimas e experiência de medições nas áreas em que exercerá funções e deverá possuir experiência mínima de 3 (três) anos como técnico de obra/fiscal de obra em **obras marítimas semelhantes** à da empreitada – serão assim consideradas as obras marítimo-portuárias que consistam na construção de quebra-mares, cais ou muros cortina e taludes de proteção, todas construídas em mar aberto e que incluam a pré-fabricação e colocação de elementos em betão, por serem obras executadas em condições semelhantes à daquela e que exigem idênticos equipamentos e, principalmente, idênticos processos construtivos, devidamente atestada nos termos previstos do Programa de Procedimento.

O tempo de afetação, para efeitos de elaboração da proposta, é de 176 horas/mês de prazo, durante todo o prazo de execução da empreitada.

Durante todo o período de afetação, deverá garantir o acompanhamento presencial permanente na Ilha das Flores, no decorrer de toda a empreitada.

Descrição das funções:

A sua principal área de intervenção será as obras marítimas, bem como todas as atividades que estejam envolvidas, nomeadamente dragagens, execução de taludes e terraplenos incluindo em enrocamento, a pré-fabricação de blocos Antifer, aduelas e outros elementos pré-fabricados, colocação de blocos Antifer, aduelas e outros elementos pré-fabricados, execução de superestruturas dos cais e respetivas redes técnicas (águas, eletricidade, combustíveis, esgotos), colocação de acessórios de cais, execução de pavimentos em betão armado, etc.

Zelará pela boa execução das frentes de trabalho a seu cargo, nos termos do projeto e Caderno de Encargos da obra, assim como das condições locais.

Manter-se-á permanentemente no local da obra, cumprindo o horário do empreiteiro.

Estará presente, sempre que necessário ou por solicitação do representante do Dono de Obra, nas reuniões de obra semanais,

Será ainda responsável pela compilação dos relatórios diários, onde será recolhida a seguinte informação das frentes de trabalho que acompanham:

- Descrição dos trabalhos realizados no dia;
- Previsão dos trabalhos a realizar no dia seguinte;
- Cargas de mão-de-obra das atividades principais;
- Cargas de equipamento das atividades principais;
- Registo de paragem na execução dos trabalhos indicando o motivo;
- Registo de eventuais paragens em equipamentos, indicando o motivo;
- Horário de trabalho na respetiva frente;
- Outras informações relevantes sobre a execução dos trabalhos;
- Condições de segurança e eventuais acidentes.

Zelará ainda pelo cumprimento das normas de segurança e ambientais na sua área de intervenção.

**4.3.4. Fiscal Técnico de Pré-Fabricação e Construção Civil** – terá que possuir bons conhecimentos de desenho técnico, de materiais e técnicas de construção civil e experiência de medições nas áreas em que exercerá funções e deverá possuir experiência mínima de 3 (três) anos como técnico de obra/fiscal de obra em obras de construção civil – serão assim consideradas as obras que envolvam

a construção ou ampliação de edifícios com estrutura em betão armado que incluam a execução de infraestruturas de abastecimento de águas e esgotos, redes elétricas e ITED, por serem obras executadas em condições semelhantes e que exigem idênticos equipamentos e, principalmente, idênticos processos construtivos, devidamente atestada nos termos previstos do Programa de Procedimento.

O tempo de afetação, para efeitos de elaboração da proposta, é de 176 horas/mês de prazo, durante todo o prazo de execução da empreitada.

Durante todo o período de afetação, deverá garantir o acompanhamento presencial permanente na Ilha das Flores, no decorrer de toda a empreitada, exceto se for alocado para acompanhamento da pré-fabricação de caixotões e outros elementos em betão, no porto da Praia da Vitória, na Ilha Terceira, período no qual deverá garantir o acompanhamento presencial permanente na Ilha Terceira.

O acompanhamento da pré-fabricação dos caixotões, a ocorrer na Ilha Terceira, por parte do Fiscal Técnico de Pré-Fabricação e Construção Civil **apenas poderá ocorrer se for garantida a presença de um elemento da equipa de Fiscalização a acompanhar os trabalhos de pré-fabricação e construção civil na Ilha das Flores.**

Descrição das funções:

A sua principal área de intervenção será a pré-fabricação de elementos em betão simples e betão armado a realizar na Ilha das Flores, podendo o mesmo ser alocado para acompanhamento dos trabalhos de pré-fabricação dos caixotões, no porto da Praia da Vitória na Ilha Terceira, bem como todas as atividades que envolvam construção civil, nomeadamente na componente de construção/reabilitação de edifícios e respetivas infraestruturas.

Zelará pela boa execução das frentes de trabalho a seu cargo, nos termos do projeto e Caderno de Encargos da obra, assim como das condições locais.

Acompanhará todos os ensaios aos diversos materiais e equipamentos, sejam eles realizados na frente de obra ou em laboratório, bem como a todas as infraestruturas e redes técnicas executadas, anotando e agindo em conformidade, com o devido conhecimento e autorização do Diretor de Fiscalização Adjunto, principalmente em caso de anomalia.

Manter-se-á permanentemente no local da obra, cumprindo o horário do empreiteiro.

Estará presente, sempre que necessário ou por solicitação do representante do Dono de Obra, nas reuniões de obra semanais.

Será ainda responsável pela compilação dos relatórios diários, onde será recolhida a seguinte informação das frentes de trabalho que acompanham:

- Descrição dos trabalhos realizados no dia;
- Previsão dos trabalhos a realizar no dia seguinte;
- Cargas de mão-de-obra das atividades principais;
- Cargas de equipamento das atividades principais;
- Registo de paragem na execução dos trabalhos indicando o motivo;
- Registo de eventuais paragens em equipamentos, indicando o motivo;
- Horário de trabalho na respetiva frente;
- Outras informações relevantes sobre a execução dos trabalhos;
- Registo de elementos pré-fabricados no dia, quando aplicável;
- Condições de segurança e eventuais acidentes;
- Registo e resultados dos ensaios realizados.

Zelará ainda pelo cumprimento das normas de segurança e ambientais na sua área de intervenção.

**4.3.5. Fiscal de Pré-Fabricação Externo à Ilha das Flores** – terá de possuir bons conhecimentos de desenho técnico, de materiais e técnicas de construção de obras marítimas e experiência de medições nas áreas em que exercerá funções e deverá possuir experiência mínima de 3 (três) anos como técnico de obra/fiscal de obra em obras marítimas que incluam pré-fabricação de elementos em betão, simples e armado, nomeadamente blocos Antifer ou Tetrápodos, aduelas e caixotões.

O tempo de afetação, para efeitos de elaboração da proposta, é de 176 horas/mês de prazo, durante todo o prazo de execução da empreitada.

Durante todo o período de afetação deverá garantir um acompanhamento presencial permanente no estaleiro de pré-fabricação, em Leixões, de forma que lhe permita dirigir-se rapidamente ao estaleiro de pré-fabricação, exceto se for alocado para acompanhamento da pré-fabricação de caixotões no porto da Praia da Vitória, na Ilha Terceira, período no qual deverá garantir um acompanhamento presencial permanente na Ilha Terceira.

O acompanhamento da pré-fabricação dos caixotões por parte do Fiscal de Pré-Fabricação externo à Ilha das Flores apenas poderá ocorrer se for garantida a presença de um elemento da equipa de Fiscalização a acompanhar os trabalhos de pré-fabricação no estaleiro onde exerce usualmente.



Descrição das funções:

A sua principal área de intervenção será a pré-fabricação de elementos em betão simples e betão armado, que se prevê realizar em Leixões, podendo o mesmo ser alocado para acompanhamento dos trabalhos de pré-fabricação dos caixotões, que se prevê ocorrer no porto da Praia da Vitória na Ilha Terceira.

Zelará pela boa execução das frentes de trabalho a seu cargo, nos termos do projeto e Caderno de Encargos da obra, assim como das condições locais.

Acompanhará todos os ensaios aos diversos materiais e equipamentos, sejam eles realizados na frente de obra ou em laboratório, anotando e agindo em conformidade, com o devido conhecimento e autorização do Diretor de Fiscalização, principalmente em caso de anomalia.

Manter-se-á permanentemente no estaleiro de pré-fabricação, cumprindo o horário do empreiteiro.

Estará presente, sempre que necessário ou por solicitação do representante do Dono de Obra, nas reuniões de obra semanais.

Será ainda responsável pela compilação dos relatórios diários, onde será recolhida a seguinte informação das frentes de trabalho que acompanham:

Descrição dos trabalhos realizados no dia;

- Previsão dos trabalhos a realizar no dia seguinte;
- Cargas de mão-de-obra das atividades principais;
- Cargas de equipamento das atividades principais;
- Registo de paragem na execução dos trabalhos indicando o motivo;
- Registo de eventuais paragens em equipamentos, indicando o motivo;
- Horário de trabalho na respetiva frente;
- Outras informações relevantes sobre a execução dos trabalhos;
- Registo de elementos pré-fabricados no dia, quando aplicável;
- Condições de segurança e eventuais acidentes;
- Registo e resultados dos ensaios realizados.

Zelará ainda pelo cumprimento das normas de segurança e ambientais na sua área de intervenção.

**4.3.6. Coordenador de Segurança e Saúde em Obra** - será um Técnico Superior de Segurança em Obra, com experiência mínima de 3 (três) anos na coordenação de segurança de empreitadas.

O tempo de afetação, para efeitos de elaboração da proposta, é de 44 horas /mês de prazo, durante todo o prazo de execução da empreitada.

Será responsável pelas seguintes ações:

- Desempenhará todas as atribuições do coordenador de segurança e saúde em obra, conforme definido do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
- Garantirá o cumprimento das normas de segurança, cabendo-lhe a função de exigir a sua observação a todo o pessoal;
- Garantirá o cumprimento do Plano de Segurança e Saúde da Empreitada e verificará se o mesmo está sempre atualizado;
- Conduzirá os inquéritos e relatórios relacionados com acidentes que eventualmente possam ocorrer;
- Promoverá visitas não programadas às frentes de trabalho para a verificação do cumprimento das normas de segurança, emitindo relatórios e as recomendações que forem pertinentes;
- Garantirá a existência no estaleiro de lista atualizada de trabalhadores presentes na obra;
- Controlará a existência e adequação dos alvarás dos subempreiteiros contratados pelo empreiteiro;
- Será responsável pela elaboração da comunicação prévia de abertura de estaleiro e por todas as alterações que ocorram durante a execução da empreitada, sendo as mesmas remetidas ao Dono da Obra para efeitos de entrega na respetiva Inspeção do Trabalho.

**4.3.7. Equipa de Mergulhadores** será constituída pelo número de mergulhadores profissionais e todos os demais meios humanos e materiais legalmente exigidos e deverá fornecer à fiscalização da empreitada o apoio necessário no controlo de trabalhos submersos, sempre que tal se justifique para a garantia da sua boa execução e para permitir a elaboração da reportagem fotográfica e de vídeo a inserir nos relatórios mensais e final.

O tempo de **afetação**, para efeitos de elaboração de proposta, é de 44 horas/mês, durante todo o prazo de execução da empreitada.

**4.3.8. Equipa de Topografia e hidrografia** deverá ter conhecimentos específicos para cada tipo de trabalho que irá executar e deverá ainda dar apoio no âmbito do controlo da qualidade e nas medições.

Será constituída pelo menos por um topógrafo com habilitação específica para a função e um auxiliar (porta – miras).

O tempo de afetação, para efeitos de elaboração da proposta, é de 44 horas /mês de prazo, durante todo o prazo de execução da empreitada.

Descrição das funções:

A equipa de topo-hidrografia reporta ao Diretor da Fiscalização e confere os trabalhos dos topógrafos do empreiteiro. Será responsável pelas seguintes atividades:

- Verificar as implantações efetivadas pelo empreiteiro, níveis e coordenadas em geral;
- Fornecer elementos de apoio e controlo das medições de trabalhos mensais;
- Confirmar as implantações, coordenadas e níveis dos elementos a construir;
- Verificação aérea com recurso a ortofotografia dos trabalhos executados – mínimo 1 (uma) fotografia por mês a fornecer ao Dono de Obra;
- Sobrepor a ortofotografia com o projeto de execução para verificação de eventuais desvios entre o executado e o previsto;
- Manter atualizado até ao final dos trabalhos os registos dos levantamentos finais parcelares com vista a um melhor controlo das telas finais.

**4.3.9. A Assessoria Técnica** deverá fornecer à fiscalização da empreitada o apoio necessário a qualquer questão que surja no decorrer dos trabalhos ou no relacionamento entre as entidades envolvidas, nomeadamente através da realização de trabalhos específicos requeridos pelo Diretor da Fiscalização da empreitada e que não sejam executados diretamente pela equipa de fiscalização afeta à obra.

O tempo de afetação, para efeitos de elaboração da proposta, é de 64 horas /mês de prazo, durante o prazo indicado no quadro resumo acima.

A Assessoria Técnica deve fornecer/possuir todas as especialidades necessárias à atividade da fiscalização, de modo a obter-se a otimização de todos os trabalhos incluídos na empreitada.

Descrição das funções:

A equipa de fiscalização deverá ser assessorada e apoiada pela sede, pelo menos, nas seguintes áreas da engenharia:

- Eletromecânica: Prestará assessoria à equipa de fiscalização nas ações de aconselhamento e pareceres sobre propostas de equipamentos e soluções de montagem/instalação, receção de equipamentos, montagem, arranque e ensaios, e nas necessárias solicitações.
- Eletrotecnia: Prestará assessoria à equipa de fiscalização nas ações de aconselhamento e pareceres sobre propostas de equipamentos e soluções de montagem/instalação, receção de equipamentos, instalação, testes e ensaios, e nas necessárias solicitações.
- Geotecnia: Prestará assessoria à equipa de fiscalização nas ações de caracterização de solos de fundações e materiais pétreos a aplicar nos trabalhos da empreitada. Definirá eventuais sondagens de prospeção complementares.
- Ambiente: Prestará assessoria à equipa de fiscalização sempre que se justifique a realização de trabalhos de campo complementares que sejam necessários à garantia da execução da obra em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- Apoio jurídico: O apoio jurídico terá a experiência e conhecimentos técnicos específicos em direito administrativo, assessoria, contratação pública, nomeadamente no Código da Contratação Pública e apoio a empreitadas de obras públicas.
- Apoio financeiro: O apoio financeiro terá a experiência e conhecimentos técnicos específicos ao nível de gestão financeira de empreitadas de obras públicas, com especial relevo ao nível das Revisões de Preços.
- Apoio administrativo: O apoio administrativo complementar as necessidades neste campo da equipa de fiscalização.

**4.3.10.** No caso de a equipa de fiscalização não estar a corresponder no que respeita aos prazos e atividades definidos neste caderno de encargos, poderá a contraente pública exigir o reforço da equipa, sem aumento do preço global contratado.

**4.3.11.** Sempre que por motivo de doença, férias, ou outros motivos fundamentados seja necessária a substituição de qualquer elemento da equipa que foi proposta pelo Cocontratante, este submeterá à apreciação prévia da Contraente Pública a sua substituição por outro elemento da mesma categoria e classe profissional de experiência idêntica ou superior. A não substituição de qualquer elemento em falta, ou a não apresentação de justificação aceitável, poderá levar ao não pagamento da sua prestação de serviços, durante o período da sua ausência, com base nas taxas apresentadas na proposta do adjudicatário.

**4.3.12.** A Contraente Pública poderá solicitar a alteração da composição da equipa de fiscalização ou dos prazos de permanência previstos, tendo em conta o desenrolar dos trabalhos e as condições de execução das obras.

**4.3.13.** A contraente pública reserva-se o direito de ordenar ao Cocontratante que seja retirado dos serviços qualquer elemento do seu pessoal que haja revelado deficiente desempenho das funções que lhe estão cometidas, desrespeitado os agentes da Contraente Pública, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes na empreitada, ou ainda que haja provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deverá ser fundamentada por escrito, quando o Cocontratante o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do agente indicado.

**4.3.14.** Durante a execução da prestação de serviços, a constituição da equipa de pessoal do Cocontratante a colocar no local da empreitada deverá estar em conformidade com o exigido no presente Caderno de Encargos. O não cumprimento desta obrigação poderá levar a Contraente Pública a rever os honorários pagos pela prestação de serviços ou a solicitar a substituição dos elementos apresentados.

#### **4.4. Meios Materiais**

##### **4.4.1. Responsabilidade**

Todos os meios necessários ao controlo e registo da qualidade e de outros dados técnicos da empreitada, de controlo de produção, bem como meios de transporte, comunicações, topografia, informáticos e outros **são da responsabilidade do Cocontratante**, incluindo a sua aquisição, exploração e manutenção. A indicação dos meios materiais propostos pelo Cocontratante na sua proposta não o inibe da responsabilidade de garantir outros meios materiais adicionais tendo em vista a boa qualidade da sua prestação de serviços.

Os eventuais meios materiais adicionais que se venham a revelar necessários serão da sua inteira responsabilidade sempre que os meios colocados em serviço se revelem insuficientes ao bom cumprimento da sua prestação de serviços.

##### **4.4.2. Instalações**

O Cocontratante disporá, para o funcionamento dos seus serviços, das instalações que o cocontratante da empreitada montará para a fiscalização e coordenação de segurança e saúde, que se encontram definidas no Caderno de Encargos da empreitada.

#### **4.4.3. Meios de transporte**

O Cocontratante deverá colocar ao serviço do pessoal da sua equipa os meios de transporte necessários para o desempenho das funções que lhe são cometidas, competindo-lhe igualmente assegurar a respetiva exploração e manutenção.

#### **4.4.4. Meios informáticos**

O Cocontratante deverá dispor de um sistema informático montado nas instalações localizadas nas frentes de trabalho, e respetivo *software* que terá de ser compatível com o sistema informático instalado na Contraente Pública, nomeadamente com o *Microsoft Office 2016* e o *AutoCAD 2018*.

#### **4.4.5. Equipamento de proteção individual**

Compete ao Cocontratante o fornecimento do equipamento de proteção individual à sua equipa de pessoal, o qual deverá obedecer às normas em vigor sobre esta matéria. O Cocontratante deverá ainda ter disponíveis 8 (oito) conjuntos completos para eventuais visitantes ou agentes da Contraente Pública.

#### **4.4.6. Equipamento de comunicação**

O Cocontratante deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através de distribuição de um telemóvel, pelo menos por cada um dos elementos responsáveis pela equipa de fiscalização.

Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa (telefone e fax) e, se necessário, dispor de acesso à internet com os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação entre os agentes da fiscalização, da contraente pública e do adjudicatário da empreitada.

#### **4.4.7. Outros equipamentos**

Todo o equipamento que o Cocontratante preveja utilizar, em especial equipamentos de inspeção, ensaio e de topografia, deverá ter características adequadas às exigências da empreitada, ser homologado e certificado, e ser em número suficiente para que os trabalhos se desenvolvam ao ritmo previsto no plano de trabalhos da empreitada. Será assegurado pelo Cocontratante o apoio topográfico necessário a todas as atividades, incluindo a verificação de telas finais.

### **5. Pessoal do Cocontratante**

#### **5.1. Disposições gerais**

O cocontratante é o responsável pelas obrigações relativas ao seu pessoal, bem como pela sua aptidão profissional e disciplina.

O Cocontratante é obrigado a manter a harmonia e a boa ordem no local de trabalho, sendo responsável por reparar e fazer resolver as situações de indisciplina.

## **5.2. Acidentes, medicina e segurança no trabalho**

O Cocontratante obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal, sendo de sua conta os encargos que daí resultem.

O Cocontratante é obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho ou de doença profissional.

## **5.3. Alojamento, alimentação e deslocação**

As eventuais despesas de alojamento, alimentação e deslocação do pessoal do Cocontratante e seus consultores serão da conta do Cocontratante.

## **5.4. Encargos sociais e seguros**

O Cocontratante ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais legalmente fixados, referentes a todo o seu pessoal.

O Cocontratante obriga-se a efetuar o seguro do seu pessoal afeto aos serviços de fiscalização da empreitada em conformidade com o disposto de seguida.

As apólices de seguro cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais constando delas uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão da empreitada e ainda que, em caso de impossibilidade de cumprimento por denegação do decurso do prazo, a sua validade só terminará 30 (trinta) dias após comunicação expressa da Contraente Pública pela renúncia da sua permanência em vigor.

As condições estabelecidas no número anterior abrangem igualmente o pessoal dos subcontratados que eventualmente trabalhem nos serviços de fiscalização da empreitada, bem como os eventuais consultores que venham a agregar, mesmo que em tempo limitado, respondendo o Cocontratante pela sua observância perante a Contraente Pública.

O Cocontratante obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na Fiscalização da empreitada, bem como todo o pessoal neles transportados na qualidade de passageiros, seja quem for, estes últimos com valor ilimitado de responsabilidade civil.

Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Cocontratante.

O Cocontratante, em conjunto com o Cocontratante da empreitada, obriga-se a validar o Plano de Segurança e Saúde junto das empresas seguradoras com intervenção na empreitada.

## **6. Subcontratados**

A responsabilidade pela correta prestação dos serviços objeto do contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Cocontratante e só dele, não reconhecendo a Contraente Pública senão para os efeitos indicados na Lei ou neste Caderno de Encargos, a existência de quaisquer subcontratados que trabalhem por conta ou em colaboração com o Cocontratante.

As subcontratações que figurem na proposta apresentada serão realizadas nas condições nela previstas, não podendo o Cocontratante proceder à substituição dos respetivos subcontratados sem a aprovação prévia da Contraente Pública.

A Contraente Pública reserva-se o direito de aceitar, ou não, a utilização dos subcontratados propostos, sem ter de justificar tal resolução, não acarretando a aceitação da Contraente Pública a diminuição da responsabilidade do Cocontratante, tal como se encontra definida no presente Caderno de Encargos. A Contraente Pública reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer subcontratado, designadamente quando entender que não existem garantias de boa execução técnica dos trabalhos que lhe forem cometidos ou ainda no caso de, por si ou pelos seus agentes, ter comportamento que comprometa o andamento ou a boa execução da presente prestação de serviços.

## **7. Responsabilidade Civil**

A Equipa de Fiscalização terá de estar coberta por seguro de responsabilidade civil profissional válido e eficaz, que cubra os danos resultantes de erros culposos na fiscalização, nos termos da legislação aplicável, nomeadamente na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.

## **8. Horário de Trabalho**

O horário de trabalho da fiscalização é o horário normal da construção civil, adaptado ao praticado em cada frente de trabalho. Os fiscais estarão sempre presentes durante a execução dos trabalhos pelo empreiteiro, de forma a garantir o acompanhamento total dos desses trabalhos. Os restantes meios humanos, nomeadamente os responsáveis pelas diversas áreas funcionais indicadas em 4.3, deverão, para além do seu horário de trabalho, estar disponíveis para intervir no local em qualquer situação pontual que possa ocorrer.

No caso do Cocontratante da empreitada vir a praticar outro horário ou passar a trabalhar em regime de turnos ou de trabalhos extraordinários, previamente autorizados pela Contraente Pública, haverá lugar a remuneração suplementar do pessoal da equipa de fiscalização a suportar pelo adjudicatário da



empreitada, calculada por aplicação das taxas que constam dos elementos da nota justificativa do preço que instrui a proposta apresentada pelo Cocontratante, e em função da legislação em vigor.

## **ANEXO I**

**A que se refere a alínea k) do ponto 3.4. da PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS**

## **MODELO DE RELATÓRIO MENSAL DE APOIO À GESTÃO DO CONTRATO**

### RELATÓRIO MENSAL DE APOIO À GESTÃO DO CONTRATO

Relatório n.º		Data:	
Contrato			
Adjudicatário			
Contato Adjudicatário	Morada:		
	Tel.:		
	Email:		
Representante Adjudicatário			
Contato Representante Adjudicatário	Morada:		
	Tel.:		
	Email:		
Datas	Início		
	Fim		
Opção de Prorrogação	Sim		Observações:
	Não		
Alterações			
Preço Contratual	Global		
	Previsto		
	Ano 1		
	Ano 2		
	Ano 3		
	Ano 4		
	Ano 5		
	Ano 6		
Estrutura de Pagamento		Mensal	Observações:
		Faseada (por % de cumprimento de fases)	
		Final do Contrato	

[illegible]

<b>Controlo e receção das obras</b>									
<b>Técnicas ou métodos de construção</b>									
<b>Outras condições de carácter técnico exigidas por regulamentação geral ou especial</b>									
<b>Prescrições aplicáveis ao produto no que se refere ao nome sob o qual é vendido</b>									
<b>Prazo de entrega/execução</b>									
<b>Faturas</b>									
Auto respetivo									
Data									
Valor									
<b>Afetação Recursos Humanos</b>									
<b>Afetação Equipamentos</b>									
<b>Outros</b>									

Interações	Número / Registo	Dia	Hora	Intevenientes	Categoria Profissional	Resumo	Suporte Documental	Observações
Reuniões:								
Coordenação de Obra								
Obra								
Segurança em Obra								
Comunicações								
Visitas ao local								
Outros								

Indicadores	% de execução	Fonte de Dados		Fórmula de cálculo	Meta	Resultado	Desvio		Observações
Quantitativos									
Prazo de entrega/execução									
Preço Contratual									
Auto Mensal									
	Número								
	Data								
	Valor								
Nível de serviço									
Qualitativos									
N.º Reclamações									
Nº. Devoluções									
Capacidade de resposta									
Tempo de resposta									
Nível de colaboração									
Facilidade de comunicação									
Práticas ambientais e sociais									

Desempenho Global:

Conclusões:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Assinatura:

\_\_\_\_\_